

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
FACULDADE DE ARTES, LETRAS E COMUNICAÇÃO
CURSO DE AUDIOVISUAL

JORGE GUILHERME DE SOUSA NEVES

**Memórias Vivas: A Trajetória do Museu da Imagem e Som de Campo Grande
como Guardião da Identidade Audiovisual de Mato Grosso do Sul.**

CAMPO GRANDE

NOVEMBRO/2023

JORGE GUILHERME DE SOUSA NEVES

**Memórias Vivas: A Trajetória do Museu da Imagem e Som de Campo Grande
como Guardiã da Identidade Audiovisual de Mato Grosso do Sul.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Audiovisual da Universidade Federal do
Mato Grosso do Sul, como parte dos requisitos
para a obtenção do título de Bacharel em
Audiovisual.

Orientadora: Profa. Dra. Daniela Siqueira

CAMPO GRANDE

NOVEMBRO/2023



Serviço Público Federal
Ministério da Educação

Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



ATA DE DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Título do Trabalho: Memórias Vivas: A Trajetória do Museu da Imagem e Som de Campo Grande como Guardião da Identidade Audiovisual de Mato Grosso do Sul

Acadêmicos: Jorge Guilherme de Sousa Neves

Orientador: Daniela Giovana Siqueira

Data: 24/11/2023

Banca examinadora:

1. Daniela Giovana Siqueira
2. Julio Carlos Bezerra
3. Régis Orlando Rasia

Avaliação: (X) Aprovado () Reprovado

Parecer: A banca ressalta a originalidade e a pertinência da pesquisa e incentiva o estudante a seguir caminho acadêmico no mestrado.

Campo Grande, 24 de novembro de 2023

NOTA
MÁXIMA
NO MEC

UFMS
É 10!!!



Documento assinado eletronicamente por **Régis Orlando Rasia, Professor do Magisterio Superior**, em 24/11/2023, às 11:47, conforme horário oficial de Mato Grosso do Sul, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

NOTA
MÁXIMA
NO MEC

UFMS
É 10!!!



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Giovana Siqueira, Professora do Magistério Superior**, em 26/11/2023, às 17:59, conforme horário oficial de Mato Grosso do Sul, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

NOTA
MÁXIMA
NO MEC

UFMS
É 10!!!



Documento assinado eletronicamente por **Julio Carlos Bezerra, Professor do Magisterio Superior**, em 26/11/2023, às 18:07, conforme horário oficial de Mato Grosso do Sul, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufms.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4472327** e o código CRC **6EDE0FCC**.

COLEGIADO DE GRADUAÇÃO EM AUDIOVISUAL (BACHARELADO)

Av Costa e Silva, s/nº - Cidade Universitária

Fone:

CEP 79070-900 - Campo Grande - MS

Referência: Processo nº 23104.034820/2023-37

SEI nº 4472327

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a minha família pelo apoio incondicional no meu processo de pesquisa.

Ao Museu da Imagem e do Som de Campo Grande, que em todo momento demonstrou imensa solicitude em me ajudar em tudo que eu precisei.

Gostaria de agradecer também a minha orientadora, Daniela Siqueira, que sempre se manteve disposta em me ajudar desde o primeiro momento.

RESUMO

Este trabalho é uma biografia do Museu da Imagem e do Som de Campo Grande. Ele tem por objetivo ser o primeiro a contar, cronologicamente, essa importante história ainda tão desconhecida. Para isso, essa pesquisa se utilizou de entrevistas, estudo de documentos de gestões e leitura de clippings a respeito do objeto de análise. O resultado foi a descoberta de uma trajetória marcada por muita luta, perseverança e, principalmente, amor pela cultura audiovisual do Mato Grosso do Sul. Neste sentido, observou-se que o museu desempenha um papel fundamental na preservação de registros históricos audiovisuais, como filmes, cinejornais, documentários, coleções fotográficas, e outros documentos que contribuíram para o desenvolvimento cultural do estado sul-mato-grossense. Foi possível constatar também que, ao contrário de ser um local restrito aos amantes da sétima arte residentes em Campo Grande, o museu em questão é um espaço de difusão artística e cultural, de modo que é necessário que o poder público reconheça a sua real potencialidade e invista decisivamente para torná-lo ainda mais eficaz em suas ações – haja vista que, como pôde ser evidenciado na pesquisa realizada, o Museu da Imagem e do Som de Campo Grande já atua como um grande agente transformador, ao entrelaçar de maneira primorosa o processo de ensino-aprendizagem com a divulgação de obras audiovisuais que narram a rica história de um estado tão jovem como o Mato Grosso do Sul.

Palavras-chave: Museu da Imagem e do Som, audiovisual, ensino-aprendizagem, cultura, difusão, cinejornais.

ABSTRACT

This work is a biography of the Museum of Image and Sound of Campo Grande. He aims to be the first to tell, chronologically, this important story that is still so unknown. To achieve this, this research used interviews, study of management documents and reading of clippings regarding the object of analysis. The result was the discovery of a trajectory marked by a lot of struggle, perseverance and, above all, love for the audiovisual culture of Mato Grosso do Sul. In this sense, it was observed that the museum plays a fundamental role in the preservation of audiovisual historical records, such as films, newsreels, documentaries, photographic collections, and other documents that contributed to the cultural development of the state of Mato Grosso do Sul. It was also possible to verify that, contrary to being a place restricted to lovers of the seventh art residing in Campo Grande, the museum in question is a space for artistic and cultural dissemination, so it is necessary for the public authorities to recognize its real potential. and invest decisively to make it even more effective in its actions – given that, as evidenced in the research carried out, the Museum of Image and Sound of Campo Grande already acts as a great transformative agent, by exquisitely intertwining the teaching-learning process with the dissemination of audiovisual works that narrate the rich history of a state as young as Mato Grosso do Sul.

Keywords: Museum of Image and Sound, audiovisual, teaching-learning, culture, broadcasting, newsreels.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Lei Nº 1793, de 9 de dezembro de 1997, que criou o MIS.....	38
Figura 2 - Centro de Convenções Arquiteto Rubens Gil de Camilo (antigo Palácio Popular da Cultura), que hospedou o MIS em seu subsolo até o final do ano 2000.	41
Figura 3 - Local onde o MIS ficou localizado de 2001 a 2008, na Avenida Afonso Pena.	41
Figura 4 - Projeto de copiagem do documentário "Comitiva Esperança"	48
Figura 5 - Documento do final de 2004 solicitando R\$ 198.560,00 para o funcionamento do MIS em 2005	49
Figura 6 - Solicitação de 80 mil reais para a aquisição de novos equipamentos ao MIS.....	50
Figura 7 - Divulgação da primeira mostra de vídeos universitários da UFMS, em 2005	50
Figura 8 - Notícia da mostra de cinema francês no jornal "A Crítica", em 2009.....	53
Figura 9 - Notícia para a mostra de cinema japonês do jornal "Folha do Povo", em 2008.....	53
Figura 10 - Memorial de Cultura Apolônio de Carvalho, onde o MIS se localiza atualmente, no terceiro andar	54

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Número de peças doadas ao Museu da Imagem e do Som de Campo Grande entre os anos de 2001 e 2005.....	43
Tabela 2 - Número de visitantes anuais que o MIS recebeu entre 2001 e 2005.....	45
Tabela 3 - Número de escolas e estudantes que visitaram o MIS no período 2001-2005.....	46
Tabela 4 - Número de sessões e público presente entre 2008 e 2010	52

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	A cidade, o estado e o audiovisual	12
2.1	Da gênese da capital pantaneira aos primeiros contatos com o cinema	12
2.2	Da luta pela emancipação ao desenvolvimento inconstante do cinema na cidade e no estado	19
2.3	Do novo estado a criação do Museu da Imagem e Som	32
3	Museu da Imagem e do Som: Uma história	37
3.1	Os primeiros passos	37
3.2	Consolidação e crescimento	42
3.3	O Museu e os desafios da atualidade	56
4	CONCLUSÃO	65
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	67

1 INTRODUÇÃO

Primeiramente, é preciso que se diga que o meu interesse por esse objeto de estudo surgiu em meados de 2022, quando a minha turma da matéria de preservação audiovisual teve a oportunidade de conhecer a cinemateca do Rio de Janeiro. Desde então, eu amadureci a ideia e, sendo um verdadeiro amante da história desde muito novo, decidi por abordá-lo a partir de uma perspectiva historiográfica.

De modo geral, há poucos trabalhos acadêmicos sobre a produção cinematográfica de Mato Grosso do Sul – e o número é ainda mais reduzido quando o tema é a tarefa da preservação fílmica em âmbito estadual. Isto posto, torna-se fácil de entender que esta monografia, para além de um breve resumo das principais atividades desenvolvidas por um determinado órgão público, propõe fazer uma pequena biografia, com o objetivo de traçar o percurso histórico da instituição responsável por proteger a memória audiovisual do Estado, o Museu da Imagem e do Som de Campo Grande (MIS). Assim sendo, essa pesquisa busca detalhar a trajetória deste local, de modo a revelar sua importância na esfera cívica e cultural e examinar os problemas por ela enfrentados ao longo dos anos.

Para que isso fosse possível, tornou-se necessário, primeiramente, fazer uma ampla contextualização histórica, que vai desde a própria fundação de Campo Grande, no final do século XIX, até a atual situação política do estado e do país. Fez-se necessário também, para além de questões políticas e sociais, delinear o caminho percorrido pelo audiovisual no país e, de maneira mais específica, na região que hoje compreende Mato Grosso do Sul. Tudo isso até resultar, já no final do século passado, na criação do objeto de estudo dessa pesquisa, o MIS. É sobre esta “epopeia” que se trata o primeiro capítulo desse trabalho.

Para que essa mescla de assuntos tão extensos fosse viável, essa pesquisa se utilizou de referências bibliográficas cuja abordagem é feita de forma abrangente, como é o caso do livro *Campo Grande: 100 Anos de Construção* (1999), de autoria múltipla¹ e que foi lançado em homenagem ao centenário oficial da cidade. Nele, foram retiradas as principais informações no que diz respeito à criação e crescimento de Campo Grande, bem como a luta histórica do povo sul-mato-grossense em busca de sua emancipação do então estado uno do

¹ CUNHA, F. A. M. (Coord.). **Campo Grande: 100 anos de construção**. 1ª ed. Campo Grande: Matriz, 1999.

Mato Grosso. Sobre este assunto, destaca-se que certas informações também foram retiradas da obra *História de Mato Grosso* (1969), do historiador Virgílio Corrêa Filho.

Indo adiante, mas ainda seguindo no campo histórico e político, as referências no que diz respeito à história do Brasil foram retiradas dos livros *Brasil: uma história* (2003), do jornalista gaúcho Eduardo Bueno, que retrata a trajetória nacional desde antes de 1500; *Um país chamado Brasil: A história do Brasil do descobrimento ao século XXI* (2021), do historiador e professor Marco Antonio Villa e que, assim como o livro de Bueno, também traça esse caminho político brasileiro desde 1500, com a diferença de que nesta obra os acontecimentos vão até 2021, ano de sua publicação; *História do Brasil* (1994), clássico do aclamado historiador Boris Fausto e que também cobre de maneira clara e objetiva os mais de 500 anos de história nacional; e *Os presidentes: a história dos que mandaram e desmandaram no Brasil, de Deodoro a Bolsonaro* (2019), do jornalista Rodrigo Vizeu, que serviu de complemento para as três obras anteriores.

Partindo para o aspecto audiovisual da pesquisa, as referências bibliográficas estão contidas em *Cinema de Herói: A História dos que construíram o cinema em Mato Grosso do Sul* (2013), um trabalho de conclusão do curso de jornalismo da UFMS, que acabou virando livro, das acadêmicas Ana Luiza Vieira e Wendy Jonhati. A sua proposta é fazer um resumo histórico dos principais marcos cinematográficos de Mato Grosso do Sul – e aqui registre-se que durante o processo de pesquisa, este livro foi o único encontrado que faz menção direta ao MIS, ao ter um pequeno capítulo dedicado ao museu. Outra obra que serviu de grande ajuda foi *Memória da Arte em Mato Grosso do Sul* (1992), das professoras Idara Duncan (primeira gestora do MIS), Maria da Glória Sá Rosa e Maria Adélia Menegazzo. O seu conteúdo, como o próprio nome já indica, é um grande e detalhado estudo sobre as diferentes formas do fazer artístico em Mato Grosso do Sul, e sua divisão é objetiva: uma arte por capítulo. Deste modo, há uma parte dedicada apenas a produção audiovisual no estado, com fatos que vão o início até o final do século XX, período em que o livro foi publicado. Por fim, foi consultado o livro de Marinete Pinheiro (gestora do MIS durante oito anos) e Neide Fisher, intitulado *Salas dos Sonhos: Memórias dos cinemas de Mato Grosso do Sul* (2008), na qual a temática é trazer histórias que envolvem os cinemas de Campo Grande e do interior do estado, de modo que a partir desses espaços, se possa pensar na produção cinematográfica de Mato Grosso do Sul como um todo.

É essa ampla e completa bibliográfica que alicerça o primeiro capítulo desta pesquisa, cobrindo um período de tempo que vai desde 1872, quando José Antônio Pereira chegou onde hoje se localiza a cidade de Campo Grande, até 1997, data em que é promulgada a lei que cria o Museu de Imagem e Som da capital sul-mato-grossense.

Já no segundo capítulo, o foco passa a ser somente o Museu de Imagem e Som de Campo Grande. À vista disso, a metodologia utilizada teve de ser um pouco diferente, uma vez que, como já dito anteriormente, ainda não há trabalhos acadêmicos centrados no MIS de Campo Grande. Por conseguinte, as informações aqui obtidas são oriundas em sua maioria de três fontes: entrevistas com coordenadores do local, relatórios de gestão do museu em si e da Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul (onde o MIS se localiza atualmente), e matérias em jornais de época.

No total, três coordenadores deram entrevistas: Alexandre Sogabe (2014-2015 e atual coordenador), Rodolfo Ikeda (2010-2014) e Marinete Pinheiro (2015-2023). As duas primeiras foram gravadas em áudio e vídeo no próprio MIS, em sua sala de exibição, enquanto a última foi gravada apenas em áudio no escritório onde Pinheiro agora trabalha. Os três tiveram que responder as mesmas 21 perguntas, que iam desde sua formação acadêmica até o seu maior feito à frente do museu, na opinião de cada um. Neste sentido, reitera-se o que disse Jorge Duarte no livro *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação* (2014): “Uma boa pesquisa exige fontes que sejam capazes de ajudar a responder sobre o tema proposto. Elas deverão ter envolvimento com o assunto, disponibilidade e disposição em falar.”. Com base nessa citação, é preciso deixar claro que todos os entrevistados se propuseram a responder todas as dúvidas levantadas, sem tergiversações, e foram de ajuda fundamental na coleta de dados dessa monografia.

No que diz respeito aos relatórios de gestão, é preciso que se separem eles em duas categorias: os do MIS, que vão de 2002 à 2005, e os da Fundação de Cultura, que vão de 2008 até 2014. Sobre os do museu propriamente dito, eles são os mais detalhados acerca das atividades e funcionamento interno do local, e infelizmente foram descontinuados no ano de 2006. Já os outros servem mais como breve resumo das iniciativas tomadas por diversos órgãos estatais ligados a cultura, entre eles, é lógico, o MIS – estes também pararam de ser produzidos, de modo que a última referência oficial escrita sobre o museu é de 2014.

Além das entrevistas e dos relatórios, foi feita também uma análise de diversas matérias sobre o museu contidas em jornais impressos, que vão desde 2006 até 2013. Esta

etapa, certamente a mais exaustiva de toda a pesquisa, serviu para preencher certas lacunas que as outras duas fontes não cobriam.

Acerca de todo esse esforço no intuito de se obter dados para a produção de uma biografia detalhada, afirma Sônia Virgínia Moreira

A análise documental, muito mais do que localizar, identificar, organizar e avaliar os textos, som e imagem, funciona como expediente eficaz para contextualizar fatos, situações, momentos. Consegue dessa maneira introduzir novas perspectivas em outros ambientes, sem deixar de respeitar a substância original dos documentos (MOREIRA, 2014, p. 276).

Assim foi a extensa pesquisa para desvendar os rumos que o Museu da Imagem e do Som de Campo Grande tomou ao longo de mais de 20 anos de história. E se deve haver algum intuito com ela, que seja a de dar visibilidade para esta instituição tão importante para a preservação de nossa história, pois como diz o ditado popular: “um povo que não sabe de onde vem, não sabe para onde vai.”.

2 A cidade, o estado e o audiovisual

2.1 Da gênese da capital pantaneira aos primeiros contatos com o cinema

Quando o mineiro José Antonio Pereira formou uma comitiva e partiu rumo às “extensas terras devolutas localizadas no sul do Mato Grosso”, ele não desejava fundar um novo povoado ou uma cidade. Muito pelo contrário, o seu desejo era explorar essa enorme faixa de terra sem jurisdição para fins de pecuária.

Iniciando a viagem pela cidade de Monte Alegre (localizada no Triângulo Mineiro), e passando por Itumbiara, Rio Verde e Jataí (em Goiás), o desbravador adentrou o Mato Grosso pela região de Baús (no atual município de Costa Rica), passou por Camapuã e, exaurido pela viagem que já durava três meses, decidiu descansar em um lugar agradável que encontrara. O local, que se situava na união de dois córregos, vislumbrou o desbravador com seus campos enormes que serviam exatamente para os objetivos que José Antonio tinha planejado. O mineiro e sua pequena comitiva não sabiam, mas naquele 21 de junho de 1872 (BARROS, 1999), estaria sendo fundada o que viria a ser a cidade de Campo Grande, futura capital do Estado de Mato Grosso do Sul.

Apesar disso, de acordo com o advogado e escritor Abílio Leite de Barros no livro *Campo Grande: 100 Anos de Construção*, nem tudo foi tão rápido assim. Na verdade, José Antonio Pereira ainda voltaria para Monte Alegre e só retornaria para o acampamento que construiu com sua primeira comitiva três anos depois, em 1875. Desta vez, ele trazia consigo mais de 60 pessoas, e ainda hoje há quem diga que esta foi a verdadeira fundação da cidade.

Qualquer que seja a versão escolhida, o fato é que era impensável imaginar que o pequeno povoado que estava começando a se formar neste local seria, pouco mais de um século e meio depois, uma capital com quase 1 milhão de habitantes. Só para termos de comparação, no mesmo ano da primeira expedição de José Antonio, em 1872, foi feito também o primeiro censo geral do Brasil, e como resultado, foi constatado que em uma população de 10 milhões de habitantes, apenas 60 mil residiam em todo o Estado do Mato Grosso. (Diretoria-Geral de Estatística, atual IBGE, 1872)

Entretanto, apesar de poucos imaginarem tamanho potencial na época de sua criação, a pequena vila dispunha de três características naturais que a impulsionaram para ser o que ela é hoje: a posição geográfica, pois o local era um ponto comercial estratégico em toda a região; o clima, haja vista que ali não se fazia nem tão frio como no sul do país e nem tão calor como no norte do Estado; e a terra, pois os campos eram férteis e havia uma reserva de água abundante em toda a região. Deste modo, Campo Grande foi crescendo e evoluindo, e no dia 26 de agosto de 1899 ela foi oficialmente emancipada do município de Nioaque.

Sobre sua população, bem é verdade que os seus primeiros habitantes eram mineiros (e pode-se até mesmo afirmar que Campo Grande, no seu sentido mais íntimo e tradicional, é uma cidade mineira), mas fato é que logo após a sua emancipação, juntaram-se aos mineiros os gaúchos e os paulistas. E não demorou muito para que as primeiras levas de italianos, alemães e sírio-libaneses também se instalassem ali.

Outrossim, é possível dizer que a cidade foi desde os seus primórdios um importante lugar de resistência política e cultural. Como maior exemplo disso, podemos analisar a trajetória de Eva Maria de Jesus, ou como é mais conhecida, Tia Eva.

Nascida escravizada no ano de 1848 em Mineiros (Goiás), Eva Maria passou boa parte de sua vida trabalhando na fazenda Ararinha, onde se especializou em costura e feitura de doces. Muito devota a São Benedito, padroeiro dos negros e dos cozinheiros, ganhou notoriedade em sua cidade natal como benzedeira - fama esta que vai lhe acompanhar pelo resto da vida. (MORAES, 2003)

No momento em que a Lei Áurea é assinada, a 13 de maio de 1888, a goiana contava com 40 anos de idade. Dado aos escassos recursos que possuía, ela teve que continuar trabalhando na fazenda em condições precárias até o ano de 1904, quando decidiu se mudar para o sul do Mato Grosso com suas três filhas e o seu companheiro, Adão. Após uma extensa viagem, em 1905 a família chega ao então vilarejo de Santo Antônio de Campo Grande, e logo escolhem as terras de Olho D'Água, perto do córrego segredo, para fixar moradia.

No seu livro *Tia Eva, negraeva – História da Comunidade de São Benedito*, a jornalista Vanda Moraes afirma que não demorou muito para Tia Eva desenvolver um rico trabalho social e também espiritual, haja vista que sua popularidade enquanto benzedeira rapidamente se espalhou pela vila. “Em pouco tempo Tia Eva já era conhecida, respeitada e

procurada por gente de toda a redondeza, fosse para ajudar nos partos, fosse para benzer ou dar remédio feito com ervas para crianças e adultos”. (MORAES, 2003, p.8).

Posteriormente, Eva e sua família compraram o terreno onde até hoje moram os seus descendentes. Lá, ela se utilizou de sua boa fama entre os locais para construir uma igreja e começar a fazer, a partir de 1919, uma grande celebração em homenagem ao seu santo protetor, São Benedito (MORAES, 2003). A festa ocorre até hoje e sempre tem início no dia 13 de maio, data da libertação dos escravizados.

A história de Tia Eva nos ajuda a entender que Campo Grande, apesar de seu caráter interiorano e fortemente marcado pelo conservadorismo social, ainda assim é um local de diferentes formas de luta, resistência e superação em circunstâncias adversas, inclusive no âmbito da cultura e das artes.

Enfim, formada a “gente campo-grandense”, a vila se tornou um local de referência para o “esquecido sul” do então Estado do Mato Grosso, e rapidamente passou a competir com Cuiabá, a capital estadual. Cada vez mais pujante e acelerada, Campo Grande viu florescer em seu solo diversas formas do fazer artístico, seja pintura, dança, música, teatro, e o recém-criado cinema.

Sobre a sétima arte, destaca-se que em 1910, Campo Grande já tinha o seu primeiro cinema: O Cine Brasil, criado pelo italiano Raphael Orrico. Como explica Marinete Pinheiro e Neide Fisher no livro *Salas de Sonhos: História dos Cinemas em Campo Grande*, o cinema funcionava a céu aberto e exibia os pequenos curtas disponíveis a época, em sua grande maioria oriundos da Europa e dos Estados Unidos.

[...] este cine não era exatamente uma sala de exibição cinematográfica; funcionava a céu aberto e os filmes eram projetados em um grande pano branco colocado em uma das paredes do Hotel Democrata, que ficava na antiga rua do Padre, atual travessa Lydia Bais, situada ao lado da igreja Santo Antônio. (PINHEIRO; FISCHER, 2008, p.15).

Dois anos depois, em 1912, foi criado o Cine Rio Branco e o Cine Ideal – este último sendo o primeiro cinema fechado da “quase cidade”. O termo entre aspas possui justificativa: neste momento, o Arraial de Santo Antonio de Campo Grande ainda não era uma cidade por lei. Isso só vai acontecer a 16 de julho de 1918, 46 anos depois da chegada de José Antonio

Pereira. Percebe-se, portanto, que Campo Grande já tinha um crescente envolvimento cinematográfico antes mesmo de se tornar uma cidade, quando ainda era considerada uma vila recém emancipada do município de Nioáque. Todavia, a experiência do campo-grandense com a produção fílmica não terá início com a criação de ficções, e muito menos será um fenômeno restrito à localidade, mas sim parte de um contexto estadual.

Em 1924, é fundado em Cuiabá aquele que viria a ser o primeiro estúdio cinematográfico em Mato Grosso, o Estúdio Cine-Foto Tchou, de propriedade do empresário e fotógrafo Lázaro Papazian. Nele, o armênio naturalizado brasileiro realizou uma série de reportagens cinematográficas, e é justo dizer que o seu trabalho está na gene do que viria a ser a produção fílmica no Mato Grosso.

É com base nas produções como as de Lázaro, e tendo em vista o livro *Memória da Arte em Mato Grosso do Sul*, de Idara Duncan, Maria Menegazzo e Maria da Glória Sá Rosa (a Glorinha), que é factível afirmar que o audiovisual no então longínquo Estado do Mato Grosso tem o início com a produção de cinejornais.

Neste recém-nascido cine-jornalismo, o conteúdo era baseado quase que exclusivamente em propagandas políticas do governo e na divulgação das belezas naturais da região. No que diz respeito a esse quesito, pode-se dizer que boa parte da cultura cinematográfica de todo o Mato Grosso se alicerça em cinejornais, que mais tarde darão origem a uma rica tradição documentarista (DUNCAN; MENEGAZZO; ROSA, 1992).

Assim sendo, a especialização audiovisual ocorrida em Mato Grosso (incluindo Campo Grande) teve como fundamento primordial a produção de conteúdos institucionais e de propaganda governamental, ao passo que o cinema de ficção, que em outros estados brasileiros já experimentava o início de uma produção sequenciada, foi relegado durante toda a década de 1910 e 1920.

A produção hegemônica de cinejornais a nível estadual vai se manter até o final da década de 1920, quando dois jovens, o paulista Libero Luxardo e o gaúcho Alexandre Wulfes, decidem produzir um filme romântico cujo título é “Aurora do Amor”. Com roteiro, locações, e atores prontos, o projeto acaba não sendo filmado por falta de investimento. Mesmo assim, os dois não desistem da ideia de fazer cinema, e em 1930 eles obtêm a permissão do governo estadual para instalar em Campo Grande a Produtora FAN FILM (DUNCAN; MENEGAZZO; ROSA, 1992). Com o novo empreendimento, os dois conseguem juntar

recursos o bastante para financiar outro projeto, dessa vez bem mais ambicioso: filmar a movimentação militar do General Bertoldo Klinger, Comandante da Circunscrição Militar do Mato Grosso e um velho conhecido do pai de Wulfes, pela região entre Nioaque e a Laguna. E foi durante essa empreitada que a dupla teve a ideia de fazer um longa de ficção ambientado na Guerra do Paraguai. Mais especificamente, o seu plano era fazer uma obra sobre a Retirada da Laguna², e com ela angariar apoio suficiente para retomar o projeto de “Aurora do Amor”. Dessa forma, a dupla de diretores se baseou no romance do Visconde da Taunay para elaborar aquele que seria reconhecido como o primeiro longa-metragem rodado em terras mato-grossenses – *A Alma do Brasil*. (VIEIRA; JONHATI, 2013).

Lançado em 1932, a obra é hoje considerada o primeiro filme de época do Brasil, e Idara Duncan, no seu já referido livro sobre a arte sul-matogrossense, faz questão de ressaltar a importância da obra

O tema versa sobre o episódio da Retirada da Laguna, na Guerra do Paraguai, enfocado com cenas realistas, filmado na região, que foi palco do acontecimento. Figura, nos anais da cinematografia nacional, como o primeiro longa-metragem inteiramente sincronizado, com partes faladas e cantadas, que representam trechos da reconstituição histórica. (DUNCAN; MENEGAZZO; ROSA, 1992, p.281).

Mais do que isso, o longa foi um importante meio para que Campo Grande, conhecida por ser muito singular e distante das outras cidades, se integrasse com o interior sul mato-grossense. Isso ocorreu, pois, apesar da empresa dos dois amigos se localizar na cidade morena, a filmagem aconteceu em outros municípios. E, em um período onde os meios de comunicação ainda eram escassos, o cinema – e esse filme em particular – foi uma arma poderosa para que Campo Grande ampliasse a sua influência nas localidades ao seu redor.

E a importância da sétima arte para a construção do diálogo entre esta cidade e os outros municípios no sul do estado não se restringe a *Alma do Brasil*. Antes dele, os já referidos cinejornais tiveram um papel fundamental nesse tópico, tendo em conta que eles serviram tanto para divulgar as benfeitorias da elite dominante de Campo Grande para o interior, como para divulgar as belezas naturais do interior para Campo Grande.

² A Retirada da Laguna foi um fato histórico ocorrido em 1867, no contexto na Guerra do Paraguai (1864-1870). O episódio refere-se à evacuação de tropas brasileiras da então cidade paraguaia de Laguna (que atualmente é o município de Bela Vista, MS). Tal retirada, imortalizada anos depois na literatura por meio dos escritos do Visconde de Taunay, se caracterizou principalmente pelas dificuldades logísticas do exército em efetuar-la, o que resultou em inúmeras fatalidades por parte dos combatentes brasileiros.

Voltando ao filme de Líbero Luxardo e Alexandre Wulfos, é necessário entender que ele foi feito em um momento político muito sensível do país e de Mato Grosso. Dois anos antes do lançamento de “Alma do Brasil”, em 1930, Getúlio Vargas tinha deposto o então presidente Washington Luis, anulado a Constituição vigente, fechado o Congresso, e posto fim a Primeira República. Durante estes acontecimentos, o sul do Mato Grosso se mostrou abertamente a favor de Getúlio, enquanto o norte, onde se localizava a capital Cuiabá e se concentrava o poder político do Estado, ficou do lado dos antigos oligarcas nacionais. (CORREA, 1999)

Esta diferença de pensamento entre norte e sul nos ajuda a entender a relação conflituosa entre essas duas partes. E vale destacar que tal animosidade não começou em 1930, tendo em vista que desde o final do século XIX já existiam sementes do que viria a ser o movimento separatista do sul do então Estado uno do Mato Grosso. Não obstante, é correto dizer que o primeiro teste real dos separatistas foi a revolução varguista, pois o sul acreditava que, apoiando o político gaúcho a derrubar a República Velha, ele seria recompensado com sua independência do norte. Contudo, isso não aconteceu.

Já em 1932, ano de lançamento do filme de Luxardo e Wulfos, foi deflagrada em São Paulo a Revolução Constitucionalista contra o governo Vargas. De modo geral, o Presidente já tinha o controle quase que total da política brasileira, haja vista que tinha deposto, além de Washington Luis, 19 dos 20 governadores – na época o Brasil contava com apenas 20 estados – e colocado aliados em seus lugares, os chamados “interventores”. Entretanto, a oligarquia paulista estava ressentida pelo jeito com que foi expurgada do Palácio do Catete, e tal frustração possui justificativa: Como explica Fausto (1994), a República Velha brasileira teve início com a derrubada do Império em 1889 e baseava-se na alternância de poder entre os indicados das oligarquias de São Paulo e Minas Gerais, em uma prática que ficou conhecida como “Política do Café com Leite”. Deste modo, não havia uma democracia propriamente dita no Brasil, pois as eleições eram fraudadas e se sabia que a ínfima oposição não teria forças para ser eleita. Acontece que em 1930, Washington Luis, presidente indicado por São Paulo, rompe o acordo e indica outro paulista, Júlio Prestes, para o cargo. Com uma “guerra fria” declarada, Minas Gerais se alia com outras oligarquias descontentes com sua falta de protagonismo, e juntas lançam o governador gaúcho Getúlio Vargas para a presidência. Evidentemente, com muita fraude e coação, o candidato opositor é derrotado, e isso dá início a uma série de denúncias e acontecimentos que levarão, no dia três de outubro de 1930,

a derrubada de Washington Luis do poder e o afastamento da aristocracia paulista das decisões nacionais.

Contudo, a retirada da elite de São Paulo do poder não quis dizer que ela foi extinta ou que teve a sua influencia reduzida a zero. Pelo contrário, os aristocratas paulistas, ainda com muita influencia e ressentimento de Vargas, esperaram o momento certo para reagir. E isto aconteceu quando a população de seu estado, já insatisfeita com o crescente autoritarismo do presidente e a sua interferência na vida política local, soube com horror do assassinato de quatro que estavam em um protesto contra o governo. Assim sendo, essa foi a oportunidade que os oligarcas esperaram para articular, juntamente com outras frações da sociedade, a Revolução Constitucionalista de 1932.

De início, os paulistas esperavam um apoio de vários estados da Federação, tanto por acreditarem que a maioria do povo e das elites também estavam descontentes com Vargas, como por julgarem que a convocação de uma nova Assembleia Nacional Constituinte – uma promessa que Getúlio fez logo após o Golpe de 1930 e que não cumpriu – era um anseio geral. Fato é que, na historiografia moderna, é consenso que eles erraram no cálculo, e ficaram praticamente sozinhos durante todo o conflito que provocaram.

A única região do Brasil que apoiou os paulistas em seu movimento armado foi o sul de Mato Grosso, no que hoje é a área correspondente ao estado de Mato Grosso do Sul. E não apenas isso, pois de acordo com o historiador Virgílio Corrêa Filho, em seu livro *História de Mato Grosso* (1969), a revolução foi deflagrada em São Paulo e em Campo Grande praticamente de maneira concomitante. No caso da cidade morena, ela se irrompeu após a decisão do ministro da guerra de exonerar o general Bertoldo Klinger do comando da Circunscrição Militar do Mato Grosso, que se localizava em Campo Grande.

É neste momento que esse amplo e complexo contexto histórico-político se intercala com a trajetória do cinema em Mato Grosso do Sul. Klinger, como já dito anteriormente, era amigo do pai de Wulfos e esteve, de maneira indireta, ligado a produção de *Alma do Brasil*, pois foi uma movimentação militar sua que inspirou Wulfos e Luxardo a idealizarem o primeiro filme rodado em terras matogrossenses. A relação entre política e cinema não termina aí.

Iniciada oficialmente no dia 9 de julho de 1932, a Revolução Constitucionalista vai perdurar até outubro do mesmo ano, quando será definitivamente derrotada pelas tropas

governistas. Nesta circunstancia, o General Klinger, um dos líderes do movimento, é preso e exilado para Portugal, e as expectativas que o sul do Mato Grosso nutria ao se aliar aos revoltosos paulistas são rejeitadas de modo sumário. Sobre esse assunto, o pecuarista e historiador Afonso Nogueira Simões Corrêa, no livro *Campo Grande: 100 Anos de Construção*, destaca

Ao aderirem à causa Constitucionalista e apoiarem São Paulo, os líderes sulistas tinham a expectativa de alcançar, com a vitória da Revolução, a almejada emancipação do sul, e a criação de um novo Estado, ou território federal, na região. Com a derrota dos revolucionários, depois de três meses de luta, frustraram-se, mais uma vez, os sulistas, que foram os últimos a depor as armas.” (CORRÊA, 1999, p.67).

Dentro de todo esse alvoroço em que se encontra a região, o filme de Wulfos e Luxardo já tinha sido finalizado e inclusive estreou em Campo Grande, no Cine Triannon (PINHEIRO; FISCHER, 2008), mas infelizmente as boas notícias pouco duraram para a dupla. Por conta da participação ativa de Klinger no conflito, a obra *Alma do Brasil* acabou por sofrer represálias do governo central, por mais incrível que isso possa parecer hoje em dia. Esta censura é mais bem explicada pelas jornalistas Ana Luiza Vieira e Wendy Jonhati em seu livro *Cinema de Herói: A História dos que Construíram o Cinema em Mato Grosso do Sul*:

“O filme já estava pronto antes da revolução antes da revolução de 32, iniciada em São Paulo, aderida pelo sul do Mato Grosso e que pretendia derrubar o presidente Getúlio Vargas, mas por conta da aparição do General Klinger e a suspeita de que ele teria apoiado a realização porque queria se promover, a censura suspendeu a exibição de “Alma do Brasil” no Cine Eldorado (RJ) e o filme recebeu vários cortes.” (VIEIRA; JONHATI, 2013, p.27).

Deste modo, percebe-se que a relação entre a sétima arte e as ações políticas pode ser tanto produtiva, como por exemplo, na criação de diversas leis de incentivo e espaços de preservação fílmica, como também conflituosa, tal qual o boicote que *Alma do Brasil* sofreu na época e o impacto disso na falta de reconhecimento que esse filme teria no futuro. Mas a influência da política na produção cinematográfica da região pantaneira não se encerra nesse caso.

2.2 Da luta pela emancipação ao desenvolvimento inconstante do cinema na cidade e no estado

Com o fracasso da revolução paulista e a reincorporação do sul do Mato Grosso ao restante do estado, muitos do norte, em especial a classe dominante de Cuiabá, imaginaram que as aspirações emancipatórias dos sulistas matogrossenses tinham se extinto em definitivo. Entretanto, os acontecimentos políticos nacionais subsequentes a este conflito provaram que, ao contrário do que poderia se imaginar na época, essa questão estava longe de ter se encerrado. Isto se explica, pois, apesar da vitória, o levante de 1932 fez uma parcela considerável da população brasileira se questionar sobre a legitimidade das atitudes do governo Vargas, haja vista que, sem uma Constituição e chefiando o país por meio de decretos-leis, o Presidente da República passou a ser visto gradativamente como um líder autocrático (VIZEU, 2019).

A propósito, foi em um desses decretos que ele promulga as primeiras normas visando proteger o cinema nacional, e é curioso notar que isso ocorre também no ano do levante paulista, 1932. No caso, este decreto cria o “embrião” do que viria ser a primeira cota de tela cinematográfica do país. Mas não apenas isso, pois logo em seus primeiros artigos percebe-se o caráter de censura que existia nele, haja vista que, a partir deste decreto-lei, nenhum filme sem o certificado do Ministério da Educação e Saúde Pública poderia ser exibido nos cinemas. Além disso, ao lê-lo, fica evidente a prioridade que o governo Vargas dá aos documentários, principalmente aqueles de aspecto educativo. (VIEIRA; JONHATI, 2013)

É interessante observar como esse decreto-lei sobre cinema nos ajuda a entender mais sobre a mentalidade que regia o poder na época, pois embora uma série de atitudes de viés popular tenha sido tomada, inclusive os índices sociais aumentaram nesse período, em conjunto com a industrialização e urbanização do Brasil, havia também uma forte característica autoritária que aparentava ser inerente ao próprio presidente – um herdeiro do castilhismo. E é essa dualidade que faz com que o governo central passe a ser cada vez mais questionado até que, em 1933, quando já se sentia suficientemente pressionado por diferentes setores da classe sociopolítica nacional, Vargas decide enfim convocar a Assembleia Nacional Constituinte.

Destarte, alguns dos separatistas que haviam guerreado ao lado de São Paulo em 1932 são eleitos para esta Assembleia, e nela encaminham um abaixo-assinado com dezenas de assinaturas que exigiam um plebiscito para que o sul do Mato Grosso fosse separado, tornando-se o Estado de Maracaju. Contudo, mais uma vez o poder centralizado do norte não permitiu que essa pauta avançasse. Sobre este episódio, destaca Afonso Corrêa:

Em 1934, as lideranças políticas do sul encaminharam à Assembleia Nacional Constituinte uma representação do povo sul-mato-grossense, com milhares de assinaturas, pleiteando a divisão de Mato Grosso e a criação de uma nova unidade federada, o Estado de Maracaju (em referência à serra do mesmo nome), com divisa no rio Taquari, abaixo, portanto, da divisa atual do Mato Grosso, cuja capital seria Campo Grande,. Infelizmente, esse apelo do povo sulista não teve acolhida na Assembleia Constituinte. (CORRÊA, 1999, p. 67).

Dentro deste cenário de contínua frustração, o audiovisual matogrossense – em específico, o do sul do estado – vai se aprimorando em conjunto com a já referida tradição documentarista que se desenvolve a partir das primeiras três décadas do século XX. Deste modo, ao passo que o país passava por um turbilhão político na década de 30, as belezas naturais do Pantanal começam a ser alvo de uma série de empreitadas cinematográficas. (VIEIRA; JONHATI, 2013).

De exemplo, e usando como parâmetro o ano da segunda constituição republicana do Brasil, 1934, o agora mais conhecido Libero Luxardo parte para um novo desafio em sua carreira: filmar a serra de Maracaju para o seu longa, intitulado “Anguera”. Sobre o projeto, que ficou inacabado, Ana Vieira e Wendy Jonhati afirmam: “Para a imprensa local da época, em 1934, Luxardo afirmou que para o filme Anguera, ele havia perigosamente filmado a serra de Maracaju, uma região até então, inédita até para os mato grossenses.” (2013, p. 30).

Com base no que dizem as autoras, mais uma vez percebe-se a importância do fazer fílimico no “desbravamento” das terras sulistas do Mato Grosso. É bem verdade que o interesse por essa fauna e flora mato-grossense não se iniciou com o audiovisual; contudo, foi por meio dele que essa vastidão natural foi melhor divulgada para o Brasil e até mesmo para o exterior. No que diz respeito a isso, podemos citar também a trajetória do outro idealizador de *Alma do Brasil*, Alexandre Wulfes.

Embora ele e o Luxardo não tenham rompido em definitivo, fontes indicam que ambos decidiram não continuar sua parceria dentro da área cinematográfica. Com isso, Wulfes, assim como seu antigo sócio, também passa a se dedicar a filmagem de documentários cuja temática era quase sempre a relação entre o mato-grossense que habitava interior sul do estado e a riquíssima beleza pantaneira que o cercava.

O gaúcho radicado corumbaense Alexandre Wulfes realizou inúmeros documentários sobre caçadas, garimpos, e natureza pantaneira, que adquiridos, em sua maioria, pela Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul, encontram-se há mais de seis anos na CINEMATECA BRASILEIRA, aguardando restauração. (DUNCAN; MENEGAZZO; ROSA, 1992, p.280).

Esta passagem de *Memória da Arte em Mato Grosso do Sul* nos ajuda a entender um pouco a respeito da direção que a produção audiovisual da região estava tomando no começo da quarta década do século passado. No entanto, não demorou muito para que política e cinema mais uma vez se cruzassem, pois em 1935, um ano depois da promulgação da nova constituição nacional, mais uma revolta se irrompeu contra o governo federal: a Intentona Comunista.

Tendo tomado o poder através de um Golpe de Estado em 1930, Getúlio governou de maneira arbitrária até 1934, ano em que se oficializou a nova carta magna nacional e se fez, juntamente a ela, uma eleição para definir quem seria o Presidente da República para o período de 1934-38. De acordo com a constituição recém-promulgada, a primeira eleição presidencial seria feita de modo indireto, enquanto as restantes seriam feitas através da votação popular – modo direto; o mandato para cargos do executivo eram de quatro anos e não havia o direito a uma reeleição consecutiva. Neste momento, embora a Constituinte indicasse uma tão sonhada democracia representativa com ampla participação popular – basta ver que durante esse período as mulheres receberam o direito ao voto, a Justiça Eleitoral foi criada, e o voto secreto foi adotado – a verdade concreta era que a polarização extremada e a falta de uma tradição de representação cidadã no sistema político impedia qualquer ensaio democrático na época (VILLA, 2021).

Com radicalizações de ambos os lados, em janeiro de 1935 surge a Aliança Nacional Libertadora (ANL), uma frente política de esquerda que muito rapidamente conquista uma série de adesões por todo o país. Propondo ser uma oposição visceral ao governo de Getúlio, o grupo logo é colocado na ilegalidade, em julho do mesmo ano. Como resposta, em 23 de novembro também de 1935 é desencadeada, em diferentes quartéis brasileiros, a Intentona Comunista. (VILLA, 2021).

Vargas, cuja principal habilidade política era entender os “ares de cada época” (VIZEU, 2019, p.106), percebeu que essa tentativa revolucionária era a oportunidade perfeita para a sua perpetuação no poder. Assim sendo, ele se aproveita do episódio para criar um Estado de Sítio no país, o que na prática determinou, já neste momento, o fim da breve experiência democrática brasileira.

Em seu livro *Os Presidentes*, o jornalista Rodrigo Vizeu explicita bem o aspecto implacável do governo Vargas já nesse momento:

O governo criou uma Comissão de Repressão ao Comunismo e conseguiu que o Congresso aprovasse o estado de guerra no país. O chefe da polícia Filinto Muller calculou que mais de 7 mil pessoas foram presas no Brasil nos seis meses que se seguiram à Intentona. Entre os presos estavam Prestes e sua mulher, a judia Olga Benário. Com o aval do STF, ela foi deportada grávida para a Alemanha nazista, onde anos depois seria assassinada em uma câmara de gás. (VIZEU, 2019, p. 107)

Apesar de tudo isso, uma “aparente democracia” ainda existia no Brasil da época, tanto que os jornais falavam abertamente sobre a disputa da sucessão presidencial da época (VIZEU, 2019), e inclusive o próprio Vargas já tinha escolhido um sucessor seu, o paraibano José Américo de Almeida. (VILLA, 2021) De qualquer forma, o ímpeto autoritário de Getúlio não permitiria que houvesse uma eleição em 1938.

Foi assim que em 10 de novembro de 1937, valendo-se do que ficou conhecido como “Plano Cohen”, uma teoria da conspiração criada pelo então capitão Olimpio Mourão Filho e que afirmava da existência de um plano judaico-comunista para tomar o Brasil, que Vargas põe definitivamente fim a democracia brasileira, fechando o Congresso Nacional; implementando uma nova Constituição de viés autoritário (chamada informalmente de “Polaca”); e instaurando a ditadura do Estado Novo no Brasil (VILLA, 2021).

Em termos regionais, este foi um período em que a luta separatista do sul sofreu um arrefecimento, ainda mais se levarmos em consideração que uma das características principais do Estado Novo era a centralização do poder na figura de Getúlio Vargas (FAUSTO, 1994) E com relação ao campo do audiovisual, os cinejornais, já muito consumidos na época e que eram produzidos em larga escala na região de Campo Grande, tiveram um papel fundamental na divulgação das práticas e valores do Estado Novo.

Os cine-jornais, que precediam as exibições dos longas-metragens de antigamente, tiveram ênfase dentro de um contexto social ligado ao Estado Novo, na época de Getúlio Vargas, de 1937 a 1945, quando era imperativa a necessidade de valorização de nossos símbolos e do registro da atuação dos chefes de Estado. (DUNCAN; MENEGAZZO; ROSA, 1992, p.280).

O esfriamento da luta emancipatória vai ser interrompido em 1943, quando, por decreto presidencial, é criado o Território Federal de Ponta Porã, o que reacendeu a chama separatista (CORRÊA, 1999). Infelizmente para os sulistas, as esperanças mais uma vez não duram muito, pois em 1945, logo após a Segunda Guerra Mundial, um grupo de militares articulam um Golpe de Estado contra Getúlio, que se vê obrigado a renunciar a Presidência da República. (VILLA, 2021). Após isto, uma nova Assembleia Nacional Constituinte é formada para a criação de outra Constituição (a terceira em menos de vinte anos). E quando a

Constituição dos Estados Unidos do Brasil é promulgada a 18 de setembro de 1946, o Território Federal de Ponta Porã é extinto, e aqui vale destacar um detalhe cruel: a emenda que extinguiu este território veio do deputado João Ponde de Arruda, um cuiabano (CORRÊA, 1999)

De modo geral, há poucos registros da atividade audiovisual mato-grossense neste período de 1946 a 1964, mas algumas fontes nos indicam que, de maneira geral, o que houve foi um aperfeiçoamento das técnicas documentaristas que já existiam aqui e a utilização delas para a produção de alguns longas – todos eles de caráter documental. No já citado livro *Memória da Arte em Mato Grosso do Sul*, a professora e historiadora Idara Duncan discorre um pouco sobre essa época:

O CINE-JORNAL PRODUÇÕES MICHEL SADDI, criado em Campo Grande, em 1956, além de vários-cinejornais, produziu o longa A MARGEM, dirigido por Ozualdo Candeias. A LAHDO PRODUÇÕES CINEMATOGRAFICAS, fundada em 1958, pelos irmãos Bernardo e Abud Lahdo, lançou o jornal MATO GROSSO EM MARCHA. (DUNCAN; MENEGAZZO; ROSA, 1992, p.279).

Ela continua ao citar sobre as produções que ocorriam no interior sul do estado

Padre Ângelo Venturelli, da Missão Salesiana Dom Bosco, é autor dos documentários OS BAROROS ORIENTAIS, de 1951, e O NEGRO E OS BRANCOS, de 1963, sobre as tribos de índios localizadas às margens do Rio Negro. [...] Sacha Siemel, letoniano radicado no Estado, a partir da década de quarenta, viveu no meio dos rios do Pantanal, morando numa chata, dedicada a caçar, pescar e filmar. Deixou-nos os documentários CAÇANDO e Minha Vida no Sertão. (DUNCAN; MENEGAZZO; ROSA, 1992, p.279).

Se por um lado, a produção de cinema aqui nas terras do Mato Grosso não era muito agitada e diversificada naquela época, o mesmo não se pode dizer da luta separatista, que na década de 1950 recebeu uma nova injeção de ânimo quando, em 1954, as principais lideranças deste movimento emancipatório lançaram em Campo Grande um manifesto pró-divisão do Estado. E este episódio foi apenas o início de uma grande campanha para que o sul conquistasse a sua independência dos “autocráticos do norte”, como eram conhecidos.

Praticamente paralisado durante o Estado Novo, o movimento separatista ressurgiu em 1954, com o lançamento de um manifesto pró-divisão do Estado, subscrito pelas principais lideranças do sul. Nos anos seguintes, essas lideranças, com base política em Campo Grande, intensificaram a campanha separatista através da imprensa, da distribuição de cartazes e de reuniões, promovidas em várias cidades, procurando atrair a população para a causa da divisão. (CORRÊA, 1999, p. 77)

Esta fala de Afonso Corrêa no livro *Campo Grande: 100 anos de Construção* nos ajuda a entender, para além do renascimento da antiga luta pela autônoma do sul, como Campo Grande se tornou tão “hegemônica” como local das decisões políticas dessa região. Pode-se dizer que foi neste período que a cidade adquiriu definitivamente o status de “capital do sul do Mato Grosso”.

Entretanto, como bem nos ensina o historiador Marco Antônio Villa em seu livro *Um País Chamado Brasil*, aqui, nas terras descobertas por Cabral, ninguém morre de tédio político. Esta frase de efeito possui uma explicativa para estar aqui: em 1954, no mesmo ano em que o manifesto separatista foi lançado em Campo Grande, um evento definitivo na vida nacional ocorreu a 24 de agosto - o suicídio de Getúlio Vargas.

A oposição ao gaúcho era bem mais organizada – e barulhenta – do que fora duas décadas antes (FAUSTO, 1994). Este grupo, reunido na União Democrática Nacional (UDN), era comandado por Carlos Lacerda – o “Corvo da Guanabara”. Curiosamente, este político e jornalista carioca já havia sido opositor de Getúlio na década de 30, quando, sendo a época um comunista, ele participou ativamente da Intentona fracassada que possibilitou que Getúlio, com evidentes atributos fascistas em seu governo, derrubasse um sistema democrático recém-inaugurado. Agora, duas décadas depois, seria o partido criado por Vargas, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o principal grupo da esquerda trabalhista brasileira; ao passo que Lacerda, agora identificado com a direita conservadora, lideraria uma intensa e imoderada oposição ao varguismo (FAUSTO, 1994).

Na UDN, estavam reunidas diferentes parcelas da sociedade brasileira que se opuseram a Vargas durante a sua primeira presidência e que não permitiriam a sua volta ao Palácio do Catete, mesmo que desta vez tudo tenha acontecido dentro de regras democráticas. É nesse período que Lacerda dispara a sua famosa frase: “O senhor Getúlio não deve ser candidato, se for candidato, não deve ser eleito, se for eleito, não deve tomar posse, e se tomar posse não deve governar”. (VILLA, 2021)

Sua presidência, embora marcada por um forte desenvolvimentismo econômico e avanços em certas pautas sociais - este seria o “Getúlio Paz e Amor”, como afirma o jornalista e historiador Eduardo Bueno (2013) – também é constantemente alvo de tentativas de sabotagem por parte da oposição organizada. Esta situação se torna insustentável em meados de seu mandato, e em 5 de agosto do ano de 1954, quando o líder opositor Carlos Lacerda é baleado no pé na rua Tonelero e o major-aviador da aeronáutica Rubens Vaz é

fatalmente atingido, uma investigação policial conclui que o mandante do atentado era o chefe da segurança pessoal da Presidência da República, Gregório Fortunato. (FAUSTO, 1994)

Eduardo Bueno (2013), com seu estilo poético e cômico, vai dizer que aquela bala “entrou no pé de Lacerda, mas acertou o coração de Vargas”. E apesar de essa frase aparentar ser um tanto quanto exagerada, é fato que este incidente ocorrido no começo de agosto marcou a derrocada em definitivo de Getúlio Vargas

Durante os dezenove dias seguintes, até a manhã de 24 de agosto, o país foi invadido por denúncias de que o presidente da República teria sido o mandante do crime e que o seu governo, como afirmou Afonso Arinos, era um “estuário de lama”. A aeronáutica decidiu fazer o seu próprio inquérito. Militares pressionaram para que Vargas renunciasse. Um manifesto foi divulgado em 22 de agosto. O presidente recusou renunciar e disse que só sairia da Presidência morto. (VILLA; 2021; p.244)

Em 24 de agosto de 1954, a promessa de Vargas foi cumprida, e ele só foi retirado do Catete após ter tirado a sua vida com um tiro no peito; de acordo com ele, aquele não era o fim de seu legado, haja vista que, em sua carta-testamento, ele afirma a famosa frase “saio da vida para entrar na História”.

Dentro de todo esse turbilhão dramático que resumia a política brasileira, o estado de Mato Grosso se manteve o mais neutro que conseguiu; o governador da época, Fernando Corrêa da Costa, apesar de filiado a UDN, não era da ala “anti-getulista radical” do partido, e consta até que ele teria um bom relacionamento com Vargas. (CORRÊA, 1999).

Ao observarmos todo esse conflito que ocorrer na esfera federal e o seu dramático desfecho: Vargas morto e Lacerda tendo que fugir para Cuba do Fulgencio Batista com medo de ser linchado pela população, não fica complicado entender o porquê do manifesto dos divisionistas sul-mato-grossenses não ter surtido nenhum efeito: a intriga política envolvendo o poder central no Rio de Janeiro era tão acentuada, que as questões locais (dos mais diferentes estados periféricos brasileiros, diga-se de passagem), simplesmente não tinham espaço para serem discutidas na capital nacional. E as esperanças frustradas dos separatistas não se encerram nesse caso.

Em 1960, após um conflituoso período pós suicídio de Vargas que fora sucedido pelo “glorioso quinquênio juscelinista”, o Brasil acompanhou a ascensão meteórica de um jovem político nascido em Campo Grande, Jânio da Silva Quadros.

Nascido na atual capital do Mato Grosso do Sul no início do século XX, ainda criança ele foi morar em São Paulo com seus pais, onde desenvolveu sua vida social. Formado em Direito pela Universidade de São Paulo, foi professor de geografia do tradicional colégio Dante Alighieri antes de, em um período de apenas quatorze anos, sair de vereador paulistano a candidato favorito a Presidência da República. Por outro lado, Juscelino, que apesar de suas qualidades endividou o Estado com suas obras públicas (em especial, a construção de Brasília), agora em fim de mandato se encontrava desgastado. Mesmo assim, ele lançou como seu candidato o Marechal Henrique Teixeira Lott, que alguns anos antes havia impedido que um golpe anulasse a posse de JK.

Quando Jânio, que naquele momento já havia sido governador de São Paulo, oficializou sua candidatura pela coligação udenista, os ânimos dos divisionistas mais uma vez foram revividos. Entretanto, como o azar aparentava acompanhar o sul do Mato Grosso, não demorou muito para o próprio Jânio admitir veementemente que era contra a divisão do estado. Isso representou uma verdadeira ducha de água fria nos anseios separatistas. Mas a causa não estava de todo perdida, tendo em mente que o político afirmou em campanha que iria promover o desenvolvimento de todo o Mato Grosso em conjunto.

Jânio prometia, se eleito, promover o desenvolvimento integrado do Estado, resgatando-o do atraso em que ainda se encontrava. E, realmente, na reunião dos governadores do Centro-Oeste realizada em Cuiabá, em abril de 1961, sob sua presidência, foi aprovado um amplo programa de apoio ao desenvolvimento do norte e do sul do Estado. (CORRÊA, 1999, p.68).

Como fica entendido neste trecho de Afonso Correa, Jânio vence a eleição de 1960 e durante sua presidência ele pensa em maneiras de desenvolver o Mato Grosso. E a tragédia que assola o sul-mato-grossense dessa vez está no fato de que, em 25 de agosto de 1961, cerca de sete meses após sua posse, Jânio subitamente renuncia a Presidência da República em um episódio até hoje não esclarecido em sua totalidade.

Apesar das inúmeras derrotas, o ímpeto dos divisionistas se manteve, e em 1963, já sob o conturbado governo presidencial de João Goulart, ocorre mais uma tentativa de arregimentar apoio para a causa separatista, desta vez no Primeiro Congresso dos Municípios de Mato Grosso, ocorrido em Campo Grande.

Mesmo com tantos reveses, os divisionistas não desanimaram. Dois anos mais tarde, em 1963, no Primeiro Congresso dos Municípios de Mato Grosso, realizado em Campo Grande, Oclécio Barbosa Martins apresentou a Tese da Divisão do Estado. Em face da grande polêmica provocada por essa proposta, os congressistas decidiram convocar um outro congresso, a ser

realizado em Corumbá, exclusivamente para discutir e votar a tese apresentada. (CORRÊA, 1999, p.68).

Estando decidido por uma nova reunião em Corumbá apenas para decidir a respeito da tese apresentada por Oclécio Barbosa Martins, uma série de movimentações anti-separatistas começaram a ocorrer, mas elas não surtem efeito. Em novembro do mesmo, 1963, a nova reunião realmente acontece e, para surpresa de alguns, a tese separatista vence com ampla margem: 45 a 9. (CORRÊA, 1999).

Essa pode ser considerada a primeira conquista dos divisionista desde o início de sua luta, no final do século XIX. Mais uma vez, a alegria não dura muito.

Na virada de março para abril do ano seguinte, 1964, uma junta militar destitui o presidente Goulart de seu cargo (ele havia sido eleito junto com Jânio, apesar de ser da outra chapa), e institui uma ditadura militar que irá durar 21 anos no Brasil. E de novo, os acontecimentos políticos na esfera federal atropelam as diversas questões estaduais no país.

Neste cenário que dez anos que vai do suicídio de Getúlio ao Golpe de 64, o Brasil viu florescer uma pujante classe de amantes da sétima arte. Desse bojo, surgirão nomes importantes para o que viria a ser chamado Cinema Novo, Cinema Marginal, e até profissionais que ainda estarão atuando na época da Retomada do Cinema Nacional, em meados da década de 1990.

Como nomes sul-mato-grossenses que fizeram parte deste amplo movimento, o que mais se destaca nesse período é a atriz Glauce Rocha, que hoje dá nome ao Teatro da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. (VIEIRA; JONHATI, 2013).

Em termos de produções locais, repita-se, o foco ficou quase que totalmente concentrado em cinejornais, desenvolvidos por empresas como Cine-jornal produções, de Michel Saddi, e Lahdo Produções Cinematográficas, dos irmãos Lahdo. (MENEGAZZO, 1999).

De maneira curiosa, no entanto, a produção ficcional da região pantaneira vai se desenvolver melhor durante a ditadura militar, em especial na década de 1970. Mas antes disso, em 1967, os irmãos Lahdo dirigem aquele que viria a ser considerado o primeiro filme genuinamente campo-grandense da história: *Paralelos Trágicos*. (VIEIRA; JONHATI, 2013). Nele, o espectador acompanha um drama amoroso de um casal que não podem ficar junto por

conta da diferença de classes sociais. Esta obra é baseada no livro homônimo escrito pelo próprio Bernardo Lahdo.

Infelizmente, hoje ele é considerado um filme perdido, embora haja rumores de uma possível cópia que sobreviveu e está armazenada na Cinemateca de São Paulo (PINHEIRO, 2023). E há duas hipóteses com relação a como este filme se perdeu: a primeira, e de certa forma “oficial”, é a de que as únicas cópias existentes desse longa-metragem se perderam em um incêndio no Cine Acapulco, que pertencia a família Lahdo; a segunda, bem mais dramática e instigante, é a de que um importante membro da alta sociedade de Campo Grande, ao se casar com a atriz principal Geny Rattier, ordenou que todas as cópias desse filme fossem destruídas para que não restasse nada do passado artístico de sua esposa. (VIEIRA; JONHATI, 2013).

Essa perda se torna ainda mais dolorosa quando descobrimos que esse filme estreou em uma campanha beneficente contra o câncer; era uma fonte importante para se estudar Campo Grande da década de 60, tendo em vista que o filme todo se passava aqui, e pelo que se diz havia longas tomadas da beleza natural da cidade; e foi feito sem muitos recursos, com apenas 80 mil reais (PINHEIRO; FISHER, 2008)

“*Paralelos Trágicos* foi exibido no Cine Alhambra no dia 13 de janeiro de 1967, com estreia em benefício do combate ao câncer. O filme demorou um ano para ser feito e foi exibido em vários estados do Brasil e no exterior. (...) O filme recebeu selo de qualidade da censura federal, e a liberação para ser exportado, devido à qualidade de som e imagem.” (VIEIRA; JONHATI, 2013, p.38)

Adentrando na década de 1970, e em um país já sob a égide do Ato Institucional Número 5, que endureceu ainda mais o regime de exceção vigente a época, um outro marco no cinema regional é produzido. Dessa vez, Reynado Paes de Barros, campo-grandense de nascimento e que na juventude foi estudar cinema nos Estados Unidos, dirige o longa *Pantanal de Sangue* (1971), considerado o primeiro filme de ficção colorido do estado. (VIEIRA; JONHATI, 2013).

Neste momento histórico, com o pantanal sendo corriqueiramente um “personagem principal” e com temáticas que sempre envolviam ódio e paixão, uma variedade de filmes começa ser rodado pela região. Entre eles, podemos citar a obra *Caçada Sangrenta* (1974), de produção da Dacar Filmes e que conta o drama de um rapaz comum que, ao encontrar morta sua amante milionária, passa a ser perseguido por homens que querem matá-lo (VIEIRA;

JONHATI, 2013). Este filme é interessante para se observar, do ponto de vista sociológico, as diferenças entre Campo Grande e as outras cidades que viriam a compor o Mato Grosso do Sul, tendo em mente que essa obra foi filmada em diversas cidades da região, como Campo Grande, Aquidauana e Ponta Porã.

Seria possível citar uma variedade de filmes locais que foram feitos nesse período, mas não deixar de se peculiar perceber que, todo esse entusiasmo e variedade cultural ocorreram – talvez – na década mais arbitrária da história do Brasil republicano. Foi o período, como já dito anteriormente, em que o AI-5 imperou sobre as decisões políticas que conduziam a nação.

Foi um período difícil para uma parcela considerável dos militantes políticos brasileiros, com uma série de mortes, torturas e desaparecimentos afligindo quem ousasse criticar o governo federal. Neste cenário de terror constante, diferentes e dispersos focos de resistência surgiram por todo o território nacional. Entre aqueles que decidiram partir para a luta armada, como a Guerrilha do Araguaia, e os optaram pela parcimônia e divulgação discreta de críticas ao regime, um local que acabou se tornando um centro de resistência foi o cineclube.

Neles, além de se assistir filmes que normalmente eram censurados pela ditadura, o debate após a sessão era sempre marcado por um discurso crítico e um ataque incisivo às arbitrariedades do regime militar. Esses lugares começaram a se multiplicar para além do eixo econômico Rio de Janeiro-São Paulo-Brasília, e em 1967, a professora Maria da Rosa Sá Rosa, conhecida como Glorinha e que dava aula na Faculdade Dom Aquino de Filosofia, Ciências e Letras (que mais tarde daria origem a Universidade Católica Dom Bosco), fundou o primeiro espaço para se debater filmes e movimentos cinematográficos na cidade, o Cineclube de Campo Grande. (VIEIRA; JONHATI, 2013).

É importante que se diga que o cineclube fundado por Glorinha não tinha o caráter combativo de alguns cineclubes do Rio de Janeiro ou São Paulo. Mesmo assim, foi um local de significância ímpar para a divulgação e democratização no cinema em Mato Grosso. Ali, muitas oficinas sobre variados aspectos técnicos e teóricos da sétima arte foram realizados. Outrossim, o Cineclube de Campo Grande era integrado ao Movimento Nacional de Cineclubes, e recebeu em 1974 a oportunidade de sediar o Primeiro Encontro de Cineclubes. Para isso, os seus organizadores financiaram o primeiro trabalho sobre o cinema em Mato Grosso da história: *Esboço Histórico do Cinema em Mato Grosso*, de José Octávio Guizzo.

(DUNCAN; MENEGAZZO; ROSA, 1992). Percebe-se, assim, o papel que o cineclubismo teve enquanto um espaço de divulgação e produção acadêmica e cultural cuja temática principal era o cinema.

De volta ao campo das discussões políticas estaduais, enquanto a barbárie era institucionalizada pela força repressiva do Governo Federal, o Mato Grosso, por mais incrível que possa parecer hoje em dia, foi sem dúvidas um dos estados mais beneficiados pelo regime militar. “Não se pode negar que Mato Grosso nunca foi tão beneficiado com programas de financiamento, a maioria com crédito subsidiado, como nesse período” (CORRÊA, 1999, p.69).

Em meio a essa série de investimentos destinados ao estado, ocorre em 1975 o Primeiro Ciclo de Estudos sobre Segurança e Desenvolvimento, feito pela Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG) e que teve duas sedes simultâneas, Cuiabá e Campo Grande. Durante os debates, um dos temas que foi levantado foi a respeito da divisão do Mato Grosso, com os campo-grandenses sendo unanimemente a favor da cisão e os cuiabanos sendo em sua maioria contrários à ela.

Em Campo Grande, os estagiários que abordaram o tema concluíram favoravelmente à divisão do Estado, afirmando que ela viria “desvincular duas populações, afrouxando antigas e permanentes tensões, ou disputas de comando, visando à sobrevivência de cada uma”, mas em Cuiabá, os participantes foram frontalmente contrários à tese da divisão, considerando-a “artificial, inoportuna e inconveniente”. O estudo realizado em Campo Grande serviria, mais tarde, de subsídio para o projeto de divisão de Mato Grosso, elaborado pelo Ministério do Interior. (CORRÊA, 1999, p.69)

Qualquer que tenha sido os argumentos pró e contra a divisão nessa época, o que determinou a divisão do estado do Mato Grosso em dois veio de onde poucos esperavam: a indicação de Ernesto Geisel para a Presidência da República, em 1974.

O militar, que se pode dizer que teve uma carreira notável no exército e era considerado muito culto pelos seus pares, nomeou o também general Golbery do Couto e Silva para o cargo de ministro-chefe da Casa Civil. Ambos, embora quase ninguém soubesse na época, já haviam estado no Mato Grosso na década de 1950 para estudar a viabilidade de sua divisão, e tinham chegado a conclusão de que a cisão não era apenas viável, mas de suma importância para o desenvolvimento do sul do Mato Grosso. (CORRÊA, 1999)

Assim, a maioria da população mato-grossense foi surpreendida pela iniciativa do Presidente Geisel de encaminhar um projeto de lei complementar ao Congresso Nacional, propondo a divisão de Mato Grosso e

a criação de um novo Estado, que se chamaria Campo Grande, o qual teria como capital a cidade de mesmo nome. Os limites do novo Estado eram os mesmos que haviam sido sugeridos no estudo da ADESG. (CORRÊA, 1999, p.69)

De uma hora pra outra, o movimento separatista que tinha se esmorecido durante a década de 70 (até porque se manifestar politicamente nesse período não era visto como algo propriamente seguro), ressurgiu com toda a sua força e fundou a Liga Sul-Mato-Grossense. Sob a liderança de Paulo Machado, ela rapidamente angariou um grande número de sul-mato-grossenses para apoiar a iniciativa de Geisel.

Deste modo, o congresso aprova o projeto de lei e no dia 11 de Outubro de 1977, em uma grande cerimônia no Palácio do Planalto, o presidente Geisel oficialmente sanciona a Lei Complementar Número 31. Mato Grosso estava dividido. Como já dito anteriormente, o primeiro nome escolhido foi Campo Grande, mas a Liga pressionou para que fosse Mato Grosso do Sul, como uma forma de homenagear os divisionistas de toda a região, e não apenas da cidade morena. A mudança foi aceita, e o dia 11 de outubro ficou eternizado como o aniversário do novo estado do Mato Grosso do Sul.

2.3 Do novo estado a criação do Museu da Imagem e Som

Quando o Mato Grosso do Sul finalmente conquistou a sua autonomia, um número considerável de festas populares aconteceram em todo o Estado. “Realizava-se, finalmente, depois de tantos anos de luta inglória e de esperanças frustradas, o sonho acalentado por várias gerações, de criação de um novo Estado no sul do Mato Grosso.” (CORRÊA, 1999, p.70).

O audiovisual, como não poderia deixar de ser, também esteve presente nesses momentos iniciais da nova unidade federativa do Brasil. A princípio, de maneira lógica, com os cinejornais, que cobriram fartamente este período da história. Até hoje, por exemplo, a Rede Educativa de MS possuiu uma enorme documentação filmada desse período – material este que ainda não recebeu a pesquisa e a organização necessárias.

Mas para além dos cinejornais, os cineastas sul-mato-grossenses também produziram uma gama de conteúdos sobre como era viver no recém-criado estado. Entre eles, destaca-se

Cândido Alberto da Fonseca, que produziu uma série de documentários que são de grande importância para o registro histórico do estado.

Um deles, que inclusive é alvo de uma série de mistérios em seu entorno, é um projeto sobre a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, que com a divisão do estado estava passando da esfera estadual para federal. O filme, que teria sido encomendada pelo reitor da UFMS na época, contou com a direção de fotografia do já citado Reynaldo Paes de Barros e chegou a ser feito. Contudo, conta-se que o reitor faleceu durante o processo de produção, a UFMS não se interessou pelo produto completo, e atualmente o filme “estaria perdido”. Todavia, há quem afirme que ainda há algumas cópias do curta espalhadas por Campo Grande, o que nunca foi provado (VIEIRA; JONHATI, 2013).

No mesmo período em que filmou as instalações da UFMS, Candido também dirigiu um curta-documentário sobre a escultora Conceição Ferreira, mais conhecida como “Conceição dos Bugres”. A obra possui em torno de dez minutos de duração e foi filmada em 35mm. (VIEIRA; JONHATI, 2013) Sem muitas cópias restantes, o filme é um importante – e um dos únicos – registros audiovisuais da escultora e, pelas informações levantadas, constata-se que a película necessita de um longo trabalho de restauração. Sabe-se que a matriz, de 35mm, está na cinemateca do MAM-RJ, enquanto há uma cópia de 16mm doada pela FUNART ao Museu de Imagem e Som de Campo Grande – (MIS).

Se o curta sobre a UFMS é valioso no quesito da captação audiovisual do ensino público em Mato Grosso do Sul no final dos anos 70, *Conceição dos Bugres* é um relato precioso sobre uma das artistas mais autênticas do estado, pois embora nem sempre se perceba, a influência da arte de Conceição Ferreira está presente em diversos locais públicos do estado, vide as esculturas presentes no famoso Parque das Nações Indígenas, na capital sul-mato-grossense.

O fato de ambas as obras pertencerem a um quadro de perda demonstra a falta de preocupação do poder público no âmbito da restauração e preservação fílmica. Entretanto, somente em meados da década de 1990 é que essa discussão será aprofundada. Por agora, o cinema sul-mato-grossense dava os seus “primeiros passos” enquanto o regime militar aparentava ter um fim a vista.

Já abalado pela inflação e suspeitas de corrupção, os militares sentiram que não ficariam por muito mais tempo no Palácio do Planalto. Por conseguinte, Geisel escolheu

como o seu sucessor alguém que ele sabia que iria colocar fim a ditadura, o general carioca João Batista Figueiredo (VILLA, 2021).

Mas nem tudo foi tão simples como parece. Na realidade, só depois das grandes manifestações das Diretas Já, ocorridas em 1984, é que a ditadura chegaria ao seu fim depois de duas décadas – e mesmo assim, pode-se dizer que essa saída foi amarga para a classe política democrática, uma vez que a sua reivindicação máxima nos protestos que organizou, ou seja, as eleições diretas para presidente na eleição de 1985, não foi aceita pelo Congresso Nacional, no momento ainda controlado por uma ligeira maioria de apoiadores do regime militar. E não apenas isso, pois tendo participado de mais uma eleição indireta e vencendo o “sistema dentro de seu próprio jogo” com Tancredo Neves, as forças democráticas ainda tiveram de assistir, atônitas, ao súbito falecimento do político mineiro e a subsequente posse de seu vice-presidente que durante toda ditadura esteve do lado dos militares e que apenas em seu fim mudou de lado, José Sarney (FAUSTO, 1994).

Os “Anos Sarney” em geral foram muito difíceis para a população brasileira, pois havia uma inflação descontrolada e uma desconfiança generalizada sobre o político maranhense, tendo em vista o seu passado de situação na ditadura.

Apesar da opinião negativa sobre o governo Sarney, havia um entusiasmo geral pela volta das eleições democráticas que decidiriam o próximo chefe do executivo (VIZEU, 2019). Nessa conjuntura de otimismo generalizado, uma série de candidatos dos mais variados espectros políticos se lançaram a candidato – é o maior número de candidatos a Presidente da República até hoje, 23 (VILLA, 2021).

Em uma disputa acirrada, Collor vence Lula e toma posse como o primeiro presidente democraticamente eleito depois de três décadas. Deste período da história, fica a lembrança do emblemático confisco das poupanças que o presidente realizou em conjunto com a sua ministra da economia, Zélia Cardoso de Mello.

Malgrado esse fato tenha ocasionado diversos problemas gravíssimos para quem tinha dinheiro guardado no banco, uma outra atitude, tomada no mesmo dia do fatídico Plano Collor I, também teve um impacto brutal na vida pública brasileira - dessa vez no âmbito cultural: a extinção sumária da Embrafilme.

Sem ela, que durante décadas regulou, fiscalizou, divulgou e protegeu as atividades cinematográficas no Brasil, o cinema nacional foi jogado em um limbo. Só para termos de

comparação, nos dias de hoje são produzidos cerca de 110 a 140 filmes por anos, o que é muito pouco em parâmetros internacionais; já em 1991, um ano após o fim da Embrafilme, apenas dois filmes foram lançados (ANCINE, 2022).

Com um desgaste prematuro e uma rejeição cada vez maior entre todos os setores da sociedade, uma denuncia de seu próprio irmão à revista *Veja* fará com que Fernando Collor seja impeachmado no final de 1992. No lugar dele, assume o seu vice, Itamar Franco, que em seu mandato adota uma postura de total conciliação, o que faz com que os ânimos políticos se tranquilizem e lhe permite lançar, junto ao seu então ministro da fazenda Fernando Henrique Cardoso, o ousado Plano Real.

Bastante questionado a princípio, o plano obtém êxito ao controlar o principal problema do povo brasileiro há décadas, a inflação desenfreada. E valendo-se disso, Fernando Henrique Cardoso se demite do ministério da fazenda e se lança candidato a presidente em 1994, sendo eleito de maneira consagradora logo no primeiro turno (VIZEU, 2019)

Com esse inesperado otimismo oriundo do Plano Real, diversos setores da sociedade civil brasileira começam a se reorganizar, e o cinema faz parte disso. Em 1993, ainda no governo Itamar, é promulgada a Lei do Audiovisual, que juntamente com a Lei de Incentivo à Cultura de 1991, formará uma das bases do que viria a ser chamado de “cinema da Retomada”.

É durante a década de 1990 que uma série de clássicos nacionais são produzidos, como *Central do Brasil*, de 1998 e dirigido por Walter Salles; *O Que É Isso, Companheiro?*, de 1997 e dirigido por Bruno Barreto; e *Carlota Joaquina – Princesa do Brasil*, de 1995 e cuja direção é de Carla Camurati.

Voltando à situação do audiovisual em Mato Grosso do Sul nesse momento histórico, é bem verdade que houve uma produção fílmica mais engajada dentro desse contexto da Retomada, como por exemplo o programa cultural *Som do Mato*, de 1995. Nele, que era fruto de uma parceria entre o diretor Edson Audi e a Rede Educativa de Mato Grosso do Sul, havia uma utilização das técnicas cinematográficas que o cineasta possuía com o intuito de divulgar a música regional; é um dos claros exemplos do bom uso (e adaptação) dos métodos do cinema para a linguagem televisiva (VIEIRA; JONHATI, 2013).

No entanto, o principal marco para o audiovisual sul-mato-grossense nesse período não está na etapa da produção, mas sim, na criação de um local onde filmes pudessem ser preservados, o futuro MIS.

Em décadas anteriores, quando a produção era basicamente de cinejornais e mais alguns documentários acerca da vida natural do pantanal, pouco se falava da necessidade de se criar, aqui na região, um ambiente para que todo esse material fílmico fosse armazenado e cuidado. De fato, muito do que foi feito se perdeu, vide os exemplos já citados acima. Contudo, a partir da divisão do Estado e criação Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul (FIC-MS), a perspectiva preservacionista começa a tomar forma em MS, ainda que de maneira muito tímida.

A escolhida para ser a primeira diretora da Fundação de Cultura do estado é Glorinha, alguém que, como já vimos anteriormente, tinha uma ampla relação com o cinema. Como parte de sua primeira equipe, participam José Octávio Guizzo e Idara Duncan, carioca radicada em MS e que possuía um forte apreço pelo cinema – parte disso inspirado na própria Glorinha, que foi sua professora no curso de Letras da UFMS (VIEIRA; JONHATI, 2013).

Já em 1985, após as direções de Glorinha e do professor Guizzo, dois amantes incontestes da sétima arte, é a vez de Idara assumir a Fundação. Por essa primeira sequência de direções, nota-se que a Fundação de Cultura de MS sempre enxergou o cinema com uma importância muito grande, e foi em discussões dentro do FIC-MS que Idara começou a idealizar o que viria a ser o MIS. Mas como já se esperava, ainda demorou alguns anos para que finalmente essa ideia saísse do papel (VIEIRA; JONHATI, 2013).

Somente em 1997, quando Idara já ocupava o cargo de Secretária de Estado de Cultura e Esportes do governo de Wilson Barbosa Martins, foi que a Lei n. 1793 de dezembro de 1997 instituiu oficialmente o Museu de Imagem e do Som de Campo Grande (VIEIRA; JONHATI, 2013). Tendo cumprido o seu objetivo, a carioca radicada campo-grandense acompanhou de perto a criação do local, que acabou por ser inaugurado em dezembro do ano seguinte, 1998. Em janeiro de 1999, o MIS foi aberto pela primeira vez para visitação, e Idara assumiu como a sua primeira coordenadora-geral. Detalhes sobre a instituição e o desenvolvimento que ela apresentou ao longo dos anos de funcionamento serão apresentados no próximo capítulo.

3 Museu da Imagem e do Som: Uma história

3.1 Os primeiros passos

Em janeiro de 1999, quando o Museu da Imagem e do Som (MIS)³ de Campo Grande foi oficialmente aberto, o Brasil estava consolidando de maneira definitiva o seu processo de redemocratização. Após o *impeachment* do primeiro presidente eleito sob a égide da constituição cidadã e do bem-sucedido Plano Real, o país não enfrentou maiores turbulências políticas até o final do – longo – Século XX (VILLA, 2021). E a mesma afirmação é válida para analisar o âmbito sociopolítico estadual: Mato Grosso do Sul se firmara de vez como um novo e importante estado do centro-oeste brasileiro, e a sua classe política, apesar das inúmeras disputas, era unânime quando o assunto era o protagonismo que a recente unidade federativa deveria desenvolver a fim de não ser dependente do seu agora irmão do norte, o Mato Grosso (CORREA, 1999). É nesse contexto que em janeiro de 1999, Idara Duncan assume como a primeira coordenadora do MIS, na passagem de gestão do governador Wilson Barbosa Martins (PT) para a de José Orcírio Miranda dos Santos – conhecido como “Zeca do PT”.

³ De agora em diante, o Museu da Imagem e do Som de Campo Grande será mencionado no texto por meio da sigla “MIS”.

Figura 1 - Lei Nº 1793, de 9 de dezembro de 1997, que criou o MIS.



Fonte: Relatório de gestão do Museu da Imagem e Som-MIS do ano de 2002.

A primeira sede do recém-inaugurado museu foi no subsolo do então Palácio Popular da Cultura (hoje chamado de Centro de Convenções – Arquiteto Rubens Gil de Camillo), localizado no Parque dos Poderes. Deste período, que corresponde à gestão de Idara Duncan (1998-2001), infelizmente não restaram muitas documentações. Entretanto, é possível se ter uma visão geral dessa época através das entrevistas feitas com outros coordenadores do MIS e também por meio de algumas informações escritas que sobreviveram ao tempo.

De acordo com Sogabe (2023), de início o MIS se resumia a apenas uma sala, onde ficavam guardados os arquivos e equipamentos antigos, tudo adquirido via doação. Neste sentido, o objetivo principal da primeira coordenação do museu foi não apenas “caçar” os documentos audiovisuais, fotográficos e musicais do estado, como também organizá-los e preservá-los de modo que eles não corressem o risco de perda (informação verbal)⁴. E apesar desse foco aparentar ser redundante, tendo em vista que a função primordial de qualquer museu é cuidar do material guardado, é necessário que se entenda que o primeiro espaço que fora destinado ao MIS possuía uma série de irregularidades que dificultava a conservação dos acervos ali depositados

⁴ Informação fornecida pelo atual coordenador do MIS, Alexandre Sogabe, em entrevista dada para o autor na data de 23 de junho de 2023.

Como no início a estrutura física do local não era a mais adequada para armazenar filmes e imagens, muitos materiais sensíveis foram perdidos. Com o tempo, o MIS foi recebendo doações de produtores, fotógrafos e realizadores. (VIEIRA; JONHATI, 2013, p. 89).

Com base no trecho acima, percebe-se que desde seu início o MIS sofreu com a falta de ajuda do poder público, o que pode ter colaborado, em última análise, com a perda de muitos registros históricos de Mato Grosso do Sul. E quando perde-se o arquivo, perde-se a memória; perde-se a prova concreta dos eventos que fizeram o estado ser o que é hoje:

A nível regional, por sua vez, o filme é apenas um dos bens móveis do imenso patrimônio cultural que herdamos, e, que aí está a exigir de nós uma ação de salvaguarda imediata, se não quisermos ser, em um futuro bem próximo, um povo despersonalizado e um Estado sem caráter. (GUIZZO, 1984, p. 7).

Mas essa problemática não é exclusiva do MIS de Campo Grande e muito menos recente. Em seu livro *Filosofia e princípios da arquivística audiovisual*, Ray Edmondson discorre acerca da indiferença que a arquivística audiovisual sofre em todo o mundo

Poderíamos esperar que a tarefa de preservação da memória audiovisual do mundo ocupasse um lugar destacado e dispusesse de recursos à altura da importância de seu papel na história da humanidade. Nada mais longe da realidade. O número de pessoas que se encarrega dessa tarefa em todo o mundo chega a menos de 10 mil e talvez esteja abaixo dessa estimativa. Essa pequena comunidade formada por profissionais tenazes e comprometidos, embora exercendo um trabalho em grande medida desconhecido e carente de reconhecimento, tem uma responsabilidade imensa. (EDMONDSON, 2013, p. 198).

Se em todo mundo o número de profissionais especializados na área não passa de 10 mil, em Campo Grande, cidade com ares de interior situada no longínquo centro-oeste brasileiro, não haveria mais do que uma dezena de trabalhadores comprometidos com este tipo de preservação. De fato, quando olhamos os indivíduos engajados com a preservação fílmica na cidade, bem como a quantidade de funcionários que o MIS possui, totalizando não mais do que vinte trabalhadores, chegamos à conclusão que é um número muito pequeno de pessoas para um acervo tão grande, complexo e diversificado como o que foi formado ao longo dos anos.

Mas se por um lado há poucos profissionais focados na preservação audiovisual em Campo Grande, é obrigatório que se diga que todos eles dedicam uma parte significativa de

suas vidas na obtenção e cuidado desses arquivos audiovisuais, e urge que eles tenham, por parte do governo e da sociedade civil, o seu esforço reconhecido.

Um dos aspectos mais significativos da recente história do museu, é a atitude dos profissionais que trabalham e trabalharam no MIS. Apesar da falta de material e equipamentos para a realização de ações, não foi empecilho para o desenvolvimento dos trabalhos diários. Todos realizaram suas tarefas com extrema dedicação e criatividade (RELATÓRIO, 2002, p. 35)

Sobre o conteúdo temático das produções audiovisuais obtidos pelo MIS desde sua criação, constata-se que uma parcela considerável delas tem como foco a luta divisionista que criou o Mato Grosso do Sul, ou então são as antigas películas dos cinejornais que sobreviveram ao tempo. De qualquer maneira, uma grande parte do acervo possui um caráter documental, e as poucas obras de ficção são em sua grande maioria cópias de filmes de outros estados e países. Uma parte reduzida do acervo se destina a ficções locais. Sobre esse aspecto, Idara Duncan afirma que historicamente o cinema sul-mato-grossense sempre sofreu com a falta de incentivo e divulgação por parte dos poderes público e privado

Nosso cinema sempre foi feito de forma espontânea, marginal, solitária, sem qualquer tipo de mecenato. A centralização da indústria cultural nas grandes capitais dificultou a produção local, que além de não possuir infraestrutura, dificilmente consegue sensibilizar empresários e instituições culturais na obtenção de recursos (DUNCAN apud VIEIRA; JONHATI, 2013, p. 98).

Entre as poucas peças audiovisuais de ficção sul-mato-grossense, destaca-se uma cópia de *Alma do Brasil*, que como já dito no capítulo anterior, possui uma importância fundamental – e infelizmente ainda não muito reconhecida – na história do cinema brasileiro, haja vista que é tido como o primeiro filme de reconstituição histórica do Brasil, e também como o primeiro longa brasileiro inteiramente sincronizado (VIEIRA, JONHATI, 2013).

Posteriormente, já no final da gestão de Idara Duncan em 2001, o Banco do Brasil ocupou a sala onde localiza-se o MIS em troca da promessa de pagar o aluguel do museu em outro lugar, na Afonso Pena, n.º 2702. A princípio este acordo acabou sendo benéfico para o MIS, que saiu de uma pequena sala no distante Parque dos Poderes para um espaço de dois andares em um prédio no centro da cidade

Em janeiro de 2001, o Museu da Imagem e do Som foi transferido para um prédio na Avenida Afonso Pena e passou por um período de reestruturação que durou cinco meses. Em maio do mesmo ano, no dia 18, quando se comemora o Dia Internacional do Museu, o MIS foi reinaugurado. Além da possibilidade de ter uma sala de exibição própria, o Cinemis, o museu ampliou seu acervo devido a transferência de fotos e negativos da Coordenadoria Geral de Governo (Cogecom), totalizando 50 mil peças.

Também recebeu na época uma coleção de fotos da atriz campo-grandense Glauce Rocha, entre outros arquivos de pessoas que colaboraram para a formação da identidade cultural de Mato Grosso do Sul (VIEIRA; JONHATI, 2013, p. 89).

Neste trecho do livro *Cinema de Herói* (2013), nota-se que o MIS não apenas mudou de residência, como também ampliou de maneira significativa o seu acervo, principalmente no âmbito fotográfico, tipo documental que até hoje constitui a maior parte dos itens preservados pelo museu. Sobre este ponto, é importante que se diga que apesar do MIS ser invariavelmente relacionado a sétima arte, a sua atuação no quesito da preservação cultural vai muito além do cinema. Nele, preservam-se milhares de arquivos fotográficos, musicais, e equipamentos para a reprodução destas obras. Não obstante, veremos a seguir que parte do material doado ao longo dos anos ao MIS não tem uma relação direta com o cinema propriamente dito, e haverá casos de alguns itens que nem sequer têm a ver com o audiovisual.

Mas também em 2001, o comando do MIS passa para a museóloga e escritora Eliane de Oliveira Lima. E se não restarem muitos documentos dos anos de Idara Duncan à frente do museu, pode-se dizer que esta segunda gestão (2001-2006) será a mais documentada até os dias atuais, por meio dos relatórios anuais de atividades do Museu da Imagem e do Som.

Figura 2 - Centro de Convenções Arquiteto Rubens Gil de Camilo (antigo Palácio Popular da Cultura), que hospedou o MIS em seu subsolo até o final do ano 2000.



Fonte: centrodeconvencoes.ms.gov.br

Figura 3 - Local onde o MIS ficou localizado de 2001 a 2008, na Avenida Afonso Pena.



maps.google.com

Fonte:

3.2 Consolidação e crescimento

Desde sua concepção até o final de sua primeira coordenação, o MIS foi guiado, antes de tudo, pela paixão imensurável que os seus idealizadores possuíam pelo cinema e pela cultura visual e sonora de Mato Grosso do Sul. Contudo, é justo dizer que foi a partir da segunda gestão, comandada pela museóloga Eliane Lima, que o museu começou a ser reconhecido entre o público ao realizar exposições temporárias e itinerantes de seu acervo; convidar profissionais das mais diversas áreas artísticas para a colaboração com palestras; e organizar projeções de filmes e vídeos com base nos seus materiais preservados (RELATÓRIO, 2002).

E para além de todas essas atividades que começaram a ser desempenhadas pelo museu, Lima também determinou etapas para guiar o processo museológico: “As atividades de documentação museológica são: recebimento, registro de entrada, higienização, pesquisa, registro no livro tomo, preenchimento de ficha catalográfica, conservação, acondicionamento e guarda da peça.” (RELATÓRIO, 2002, p. 10).

Tendo em vista esse trecho do relatório de atividades do MIS de 2002, não é de se surpreender que a catalogação mais detalhada do material fílmico do museu ocorreu nesse período. Efetivamente, quase toda película catalogada no MIS até a atualidade é oriunda da

gestão de Eliane Lima. E isso se deve, para além de sua gestora, ao quadro de funcionários da época, sendo que consta nos anais da instituição os nomes de Guiomar e Rita (infelizmente o sobrenome de ambas não é citado) como os responsáveis por essa atividade medular do MIS. É possível afirmar, de certo, que ambos impediram que uma fração importante de uma história fílmica da instituição se perdesse em arquivos esquecidos; são os trabalhadores anônimos que, mesmo que não soubessem na época, desempenharam um papel determinante na preservação de uma memória cívica e cultural

Enquanto profissionais, ainda que reflitam pouco sobre a questão, os arquivistas audiovisuais do mundo inteiro detêm um poder considerável. A maneira como o exercem hoje determinará, em grande parte, o que a posteridade conhecerá sobre nossa época. (EDMONSON, 2013, p.198).

Partindo para o acervo em si, é necessário que se repita, mais uma vez, que nem tudo o que foi doado ao museu é referente ao cinema. Quando falamos de memória cultural de imagem e som, também estamos nos referindo a fotografias, músicas, livros, equipamentos, e notícias a respeito das atividades artísticas do estado. Deste modo, vamos compreender, naturalmente, que a diversidade de materiais doados ao MIS é muito grande. Na Tabela 1, apresenta-se o número de peças doadas em cada ano do museu, de 2001 a 2005.

Tabela 1 - Número de peças doadas ao Museu da Imagem e do Som de Campo Grande entre os anos de 2001 e 2005

Ano	Número de peças doadas ao MIS
2001	≅100000 ⁵
2002	338 ⁶
2003	1145
2004	580

⁵ Pelo relatório final da gestão de Eliane Lima à frente do MIS, que é basicamente um resumo dos cinco anos de sua direção, constata-se que o número de material adquirido no ano de 2001 sejam de exatas 100.000 peças. Entretanto, este valor é citado apenas uma vez em todo o texto, e no relatório de 2001 propriamente dito, não é mencionado em momento algum este valor. Assim sendo, é provável que essa numeração seja fruto da soma dos objetos doados entre os anos de 2000 (quando o MIS é transferido para a Afonso Pena e com isso recebe uma enorme quantidade de fotos e negativos doados pela Cogecom) e 2001.

⁶ Oficialmente, consta no relatório de 2002 que número de doações totais tenha sido de 338. Contudo, é deixada uma observação de que no final daquele ano o MIS recebeu uma doação de quatro caixas com documentos referentes a história da dança em Mato Grosso do Sul, que incluía catálogos, folders, convites, fotos, fitas VHS e documentos textuais. O material, que por si só devia ter mais de mil itens, foi doado pela professora Sarah Figueró, e ainda estava sendo higienizado e organizado no momento da produção do relatório em questão.

2005	612
Total	≅102675

Fonte: Relatório do Museu da Imagem e Som-MIS (2001-2005).

De todas as mais de cem mil peças doadas ao MIS neste período, uma fração considerável é referente a trabalhos fotográficos – principalmente fotojornalísticos – de profissionais locais. Sobre isso, não é exagero dizer que a história de Mato Grosso do Sul é contada em sua maior parte por meio de fotos e, subsequentemente, fotogramas; são milhares de imagens fixas preservadas no MIS que registram a trajetória do estado. E o maior – e trágico – exemplo dessa afirmativa é o fato de que até os dias de hoje a maior coleção do museu é composta pela produção do falecido fotógrafo Rachid Salomão, que passando por imensa dificuldade do final de sua vida, doou todo o seu acervo para o Governo de Estado. Entretanto, apesar de sua obra ser composta por mais de 90 mil itens que cobrem boa parte da luta divisionista do sul do Mato Grosso e todo o início da vida política do Mato Grosso do Sul, o governo à época decidiu pagar um valor mínimo pelo seu longo trabalho, o que não o ajudou a sanar os problemas financeiros que possuía. Rachid veio a falecer em 1999, e constata-se que ele é mais um que até a atualidade não recebeu o devido reconhecimento por parte do estado e da sociedade civil.

A obra de Rachid, juntamente com a doação da Coordenadoria Geral de Governo (Cogecom), totalizavam um imenso material que agora estava sob a tutela do MIS. Junta-se a elas a rica coleção fotográfica da atriz campo-grandense Glauce Rocha, composta por milhares de itens doados em agosto de 2004 por sua sobrinha, Eleonora Rocha, em uma cerimônia que contou com a presença de mais de 100 pessoas, entre elas o então Secretário de Cultura, Silvio Nucci (RELATÓRIO, 2004). Foi uma das poucas ocasiões em que um membro do poder público esteve presente em uma cerimônia do MIS, prática que ainda hoje não é comum.

Neste quesito, reitera-se que a relação entre o Estado sul-mato-grossense e o Museu da Imagem e do Som de Campo Grande nem sempre é harmoniosa, apesar deste último estar ligado a Fundação de Cultura, pertencente ao governo estadual. Esse fato pode ser observado através das carências expostas nos relatórios anuais no MIS. Só para termos de exemplo: no relatório de 2002, foi constatado como necessidade urgente do museu a instalação de um telão com projetor, de um aspirador de pó, de uma impressora, de extintores de incêndio e de uma mangueira de água em caso de incêndio, além da instalação de um portão eletrônico na

garagem. E assusta perceber que todos estes itens, já no início desse século, eram elementos básicos para o funcionamento mínimo de qualquer museu, e a situação ainda se agrava quando percebemos que nem bebedouro havia no local (mais um item que foi tido como necessidade urgente no referido relatório).

Mesmo assim, apesar de todas essas adversidades, é perceptível que o museu estava desenvolvendo-se e sendo visitado neste período

Apesar da carência de recurso material e humano, o MIS alcançou conquistas significativas. Realizou diversas exposições com um bom número de visitantes. Recebeu doações espontâneas de particulares, ampliando consideravelmente o seu acervo; o número de público visitante aumentou consideravelmente, também como o número de pesquisadores (RELATÓRIO, 2002, p. 35).

O otimismo, como mostra o trecho acima, vinha do crescente diálogo que o MIS construía com a sociedade civil, e isso pode ser demonstrado através do número anual de visitantes que o museu teve durante a sua segunda gestão, como mostra a Tabela 2

Tabela 2 - Número de visitantes anuais que o MIS recebeu entre 2001 e 2005

Ano	Número total de visitantes
2001	2203
2002	3949
2003	3087
2004	5300
2005	1700
Total	16239

Fonte: Relatório do Museu da Imagem e Som-MIS (2001-2005).

Tais números, antes de tudo, são reveladores e surpreendentes, porque quando se fala em Museu da Imagem e do Som de Campo Grande, a princípio pode-se pensar que se trata de um local que atende a um nicho muito específico de pessoas, como cinéfilos e pesquisadores. Entretanto, um dos pontos que sempre esteve presente no trabalho museológico do MIS foi a sua relação com escolas e universidades. A proposta é a do ensino interativo; é a utilização do audiovisual (e de outras formas de arte que envolvam imagens e som) como ferramenta de ensino e aprendizagem. Prova disso é que uma fração significativa deste número de visitantes é composta por alunos em idade escolar e universitários, como mostra a Tabela 3

Tabela 3 - Número de escolas e estudantes que visitaram o MIS no período 2001-2005

Ano	Visita de	
	Escolas/Universidades	Total de Alunos
2001	9	609
2002	79	2406
2003	18	487
2004	40	620
2005	15	433
Total	161 ⁷	4555

Fonte: Relatório do Museu da Imagem e Som-MIS (2001-2005).

Com base na tabela acima, nota-se que o elo criado entre o MIS e a sociedade campo-grandense se deu em grande parte através da educação. Nestas visitas, a quantidade de temas possíveis a serem abordados era muito grande, então o caráter da exposição variava de acordo com a proposta pedagógica de cada escola ou universidade que ia ao museu. Mas em termos gerais, houve bastante exposição de coleções fotográficas como de Rachid Salomão e Glauce Rocha, assim como exposições temáticas, tal qual “A história de Campo Grande”, “História da emancipação do Mato Grosso do Sul”, e “História da Estação Ferroviária de Campo Grande”. Além das exposições fotográficas, acontecia, normalmente, a exibição de filmes e cinejornais para os alunos. Tudo de caráter educativo e devidamente guiado por uma curadoria especializada no tema proposto. Neste quesito, o contato com o material fílmico se mostrava de suma importância por dois fatores: resumir, de maneira clara e direta, o objeto da visita ao MIS; e, principalmente, contribuir para a formação social, cultural, e individual de cada aluno presente naquele momento. Sobre isso, afirma a professora Rosália Duarte

Penso que o contato com filmes produz, num primeiro momento, apenas *imagos* - entendidos aqui como marcas, traços, impressões, sentimentos - significantes que serão lentamente significados depois, de acordo com os conhecimentos que o indivíduo possui de si próprio, da vida e, sobretudo, da linguagem audiovisual. O domínio progressivo que se adquire dessa linguagem, pela experiência com ela, associado a informações e saberes diversos significa e ressignifica indefinidamente as *marcas* deixadas em nós pelo contato com narrativas fílmicas. (DUARTE, 2002, p. 74).

⁷ Este resultado é referente ao número de visitas de escolas e universidades ao MIS, e não a quantidade delas que foram ao museu. Sendo assim, é importante que se diga que houve instituições de ensino que visitaram o MIS em mais de uma oportunidade neste período de tempo.

Ou seja, a marca deixada por um filme exibido no MIS em um momento inicial pode ser mínima ou até mesmo nula. Contudo, o desenvolvimento pessoal e as experiências próprias que cada aluno vai acumulando através dos anos pode fazer com que aquele antigo filme exibido naquela remota visita ao MIS de Campo Grande ganhe um outro significado. Por vezes, será essa visita ao museu que fará com que lá na frente um aluno compreenda melhor o meio social em que está inserido, com suas qualidades e mazelas.

Sabendo dessa importância, o MIS tratou de não ficar “parado em si mesmo”, no sentido de apenas esperar pela vinda de terceiros. Ele também desempenhou ao longo dos anos de 2001 a 2003, exposições itinerantes em instituições de ensino e locais públicos. Infelizmente, possivelmente pela falta de recursos, tais atividades não continuaram nos anos subsequentes, mas que fique o registro de que mais de 3000 pessoas compareceram nas nove exposições itinerantes que se tem registro naquele período.

E se o empecilho para a continuação dessas atividades veio do pouco aparato financeiro que o museu recebia, é necessário voltar à questão, e dessa vez ir mais a fundo nela, da falta de apoio do poder público ao MIS.

Tendo em vista os já mencionados relatórios da gestão de Eliane Lima, percebe-se, para além de todos os projetos culturais e esforços desempenhados pelo museu, uma série de demandas que provavelmente não foram atendidas, a notar pelas repetições do mesmo problema em diferentes relatórios anuais. Entre as muitas intrigas, uma situação particular, ocorrida no ano de 2005 exemplifica bem a dificuldade de se trabalhar com a preservação fílmica (dada a sua onerosidade), e do quão é importante a ajuda do Estado nessa área. No caso, o MIS solicitou uma verba de mais de 26 mil reais para fazer um processo de cópiagem do documentário *Comitiva Esperança* (1983), gravado em 16mm e idealizado pelos músicos Almir Sater, Paulo Simões e Zé Gomes e cuja temática retrata os costumes e crenças da comunidade pantaneira

Os três realizaram uma viagem pelo Pantanal, assim como canta a música famosa e com o mesmo nome. Passaram por regiões conhecidas como Paiaguás, Nhecolândia, Piquiro e Abobra. Os registros poéticos da cultura e costumes do homem pantaneiro foram intercalados com músicas e o resultado foi o documentário “Comitiva Esperança” (VIEIRA; JONHATI, 2013, p. 33).

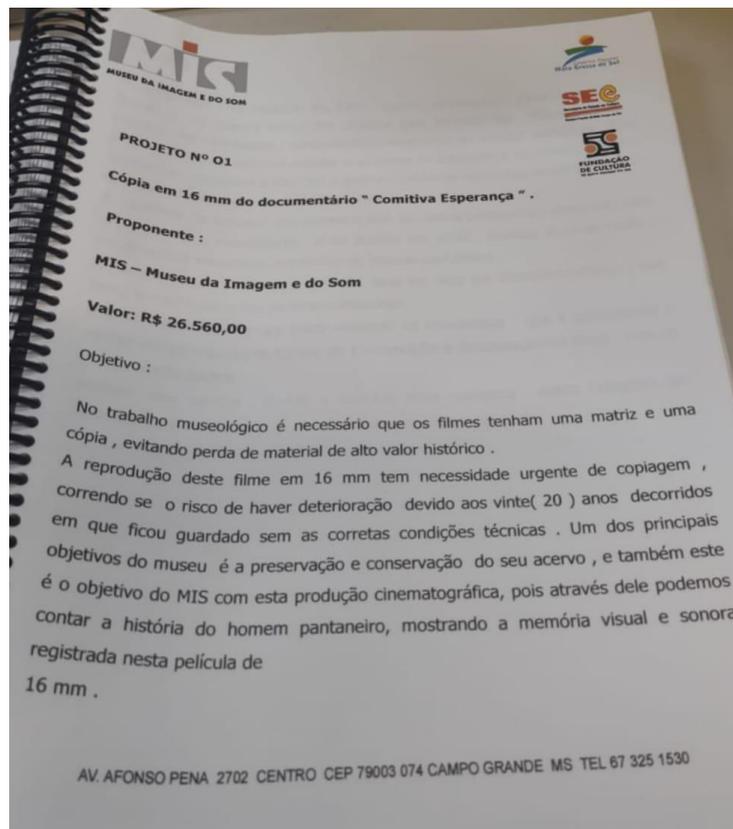
Este documentário, como se pode imaginar, é um dos mais ricos registros históricos acerca do Pantanal que o Mato Grosso do Sul possui. E é uma época onde o *YouTube* nem havia chegado ao Brasil e não existia outros sites de reprodução de vídeos, era muito difícil

saber quantas cópias desse material haviam resistido ao tempo. Tendo isso em perspectiva, a preocupação do MIS nesse caso foi bastante grande.

No relatório de 2005 não há nada que indique que o apelo do MIS tenha surtido efeito. Porém, como hoje no *YouTube* há mais de uma versão deste trabalho originalmente produzido em película 16mm⁸, acredita-se que o final dessa história tenha sido positivo

Com o passar do tempo, as histórias e fatos relevantes vão se perdendo em arquivos mortos e na memória das pessoas que participaram desse processo. Os pesquisadores são agentes diretos no resgate e na promoção da identidade cultural do Estado de Mato Grosso do Sul (VIEIRA; JONHATI, 2013, p. 96).

Figura 4 - Projeto de copiagem do documentário "Comitiva Esperança"



Fonte: Relatório do Museu da Imagem e do Som (2005)

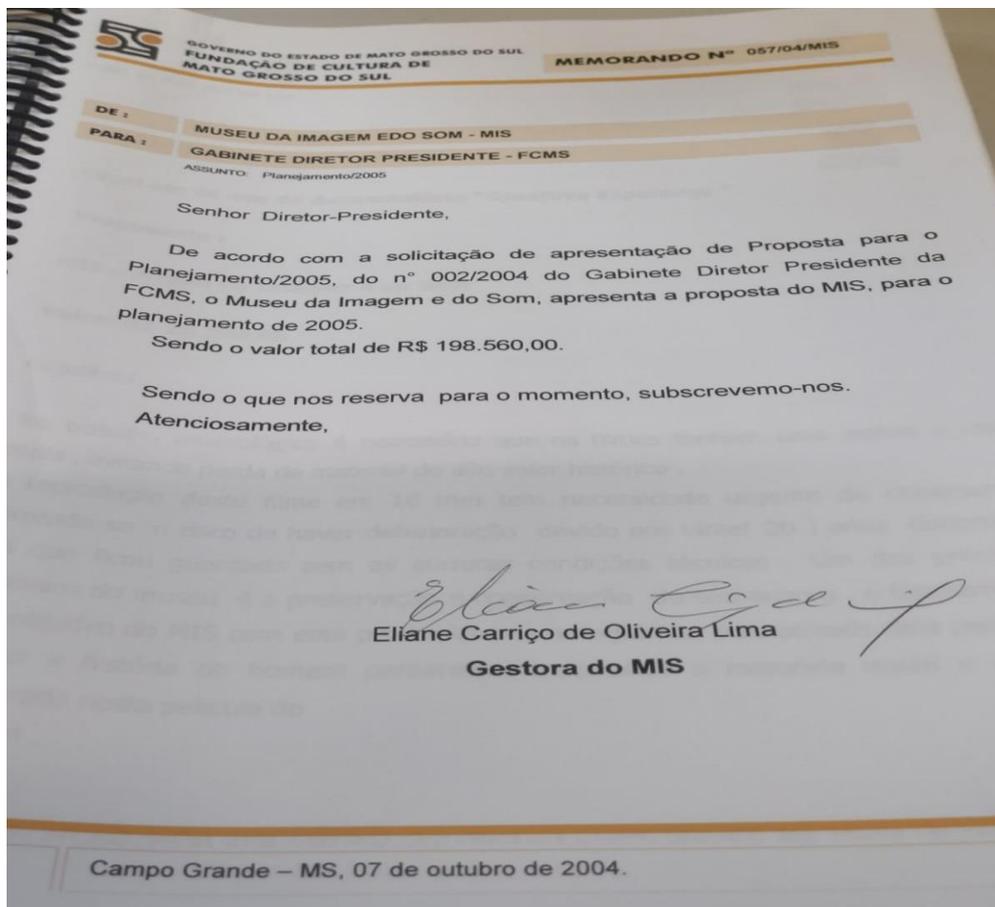
De todos os relatórios da segunda gestão, os dois últimos, de 2004 e 2005, foram os que mais trouxeram dados financeiros a respeito do MIS. É com base neles que começamos a

⁸ Link pra o filme: <https://www.youtube.com/watch?v=x0wK3eCwyJc>

ter uma ideia do quanto custa a restauração e preservação de nossa memória cívica e cultural, e é importante que se diga: o custo não é tão alto como se pode imaginar.

Em 2004, por exemplo, o requerimento de verba que o museu solicitou para o seu pleno funcionamento no ano seguinte não passou da faixa dos 200 mil reais, e neste valor já estava incluso as melhorias que o MIS necessitava. Em suma, em um “universo” de centenas de milhões de reais, menos de 200 mil eram necessários para o total desenvolvimento e aprimoramento do local. (RELATÓRIO, 2004) E não apenas isso: em um outro projeto,

Figura 5 - Documento do final de 2004 solicitando R\$ 198.560,00 para o funcionamento do MIS em 2005

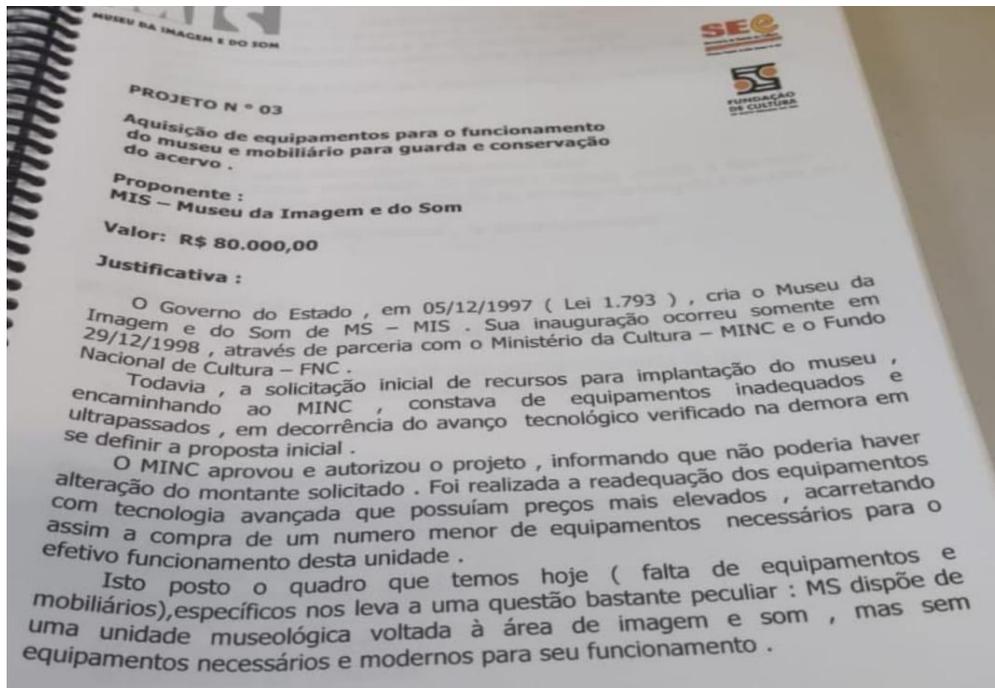


provavelmente do final do ano de 2005⁹, foram solicitados 80 mil reais para a aquisição de novos equipamentos de conservação fílmica e um novo mobiliário para que o acervo fosse melhor acondicionado.

Fonte: Relatório do Museu da Imagem e do Som (2004)

⁹ Além dos relatórios anuais, há um memorando que trata de algumas questões burocráticas e solicitações de verbas. Entretanto, há alguns pedidos que não dá para saber com exatidão o ano e o mês em que eles foram requisitados. De qualquer forma, levando em conta a sequência em que eles foram organizados, tudo leva a crer que tal solicitação de 80 mil reais tenha acontecido no final do ano de 2005.

Figura 6 - Solicitação de 80 mil reais para a aquisição de novos equipamentos ao MIS



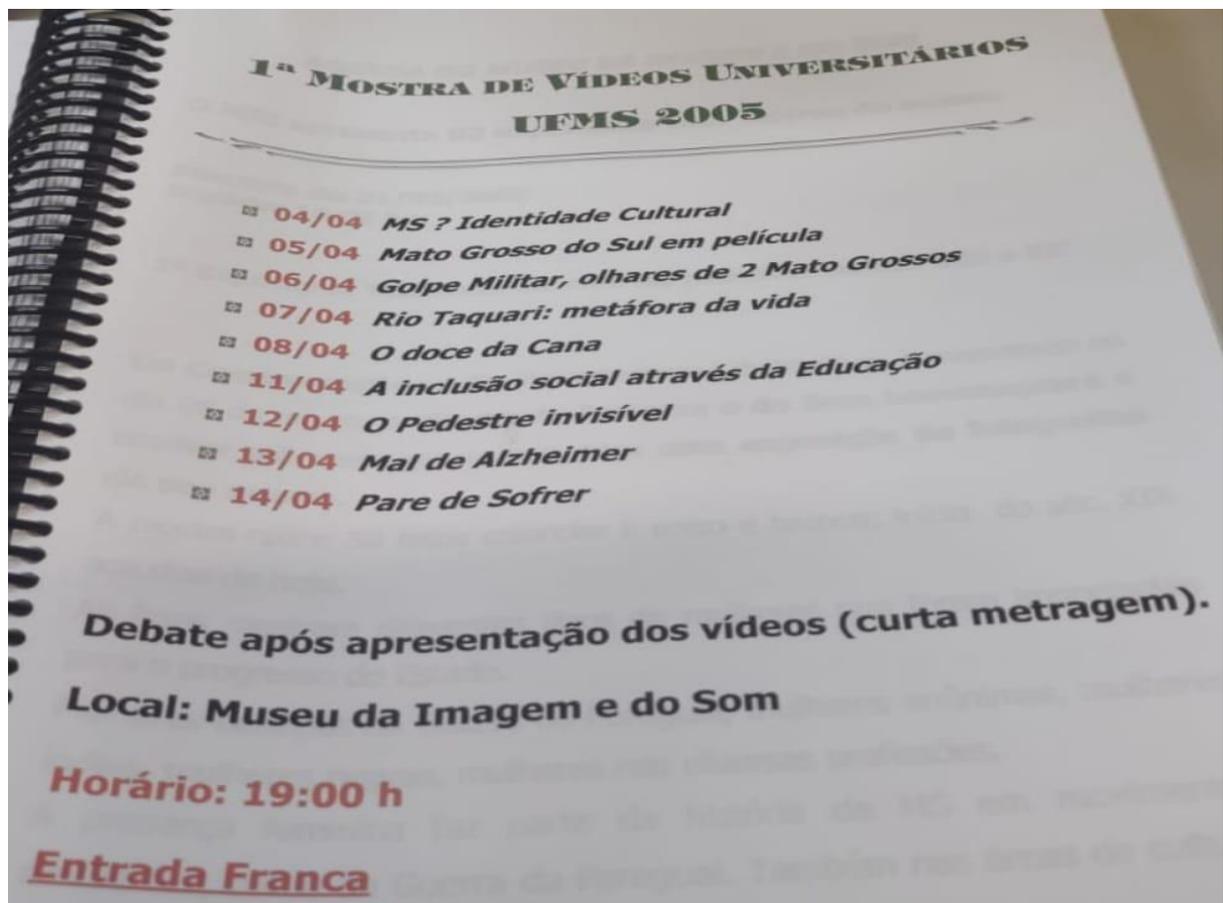
Memorando MIS (2005).

Por fim, é crucial que se saiba que o envolvimento do MIS no cenário cinematográfico em Campo Grande começou efetivamente a partir de sua segunda gestão. A começar pela implementação do CINEMIS, uma sala de projeção de filmes em 16mm, com espaço para 45 pessoas e onde também ocorriam palestras, cursos e apresentações musicais (RELATÓRIO, 2002). Indo além, possivelmente foi no MIS que ocorreu a primeira mostra de curtas universitários da UFMS¹⁰, em 2005. Na ocasião, os temas eram variados, e uma boa parte dos curtas foi realizado com a presença dos acadêmicos de jornalismo (RELATÓRIO, 2005).

Figura 7 - Divulgação da primeira mostra de vídeos universitários da UFMS, em 2005

¹⁰ É evidente que houveram outras mostras de cinema universitário na capital antes dessa, como por exemplo algumas mostras organizadas pela professora Glorinha no Cineclube de Campo Grande, na época em que ela era docente na atual UCDB. Todavia, durante essa pesquisa não foi achado outros ciclos de produções audiovisuais universitárias oriundas da UFMS. Sendo assim, é provável que o MIS tenha sido o primeiro a organizar as produções acadêmicas dos universitários da federal em uma mostra com debate pós-sessão.

Fonte: Relatório do Museu da Imagem e do Som (2005).



Na passagem dos anos de 2005 para 2006, foi efetuada uma troca de coordenação no MIS, que passou a ser gerido pelo professor Rafael Maldonado. De seu período, lamentavelmente não foi possível ter acesso ao relatório de todos os seus anos, o que faz com que parte da trajetória do museu neste período tenha sido traçada, neste trabalho, por meio de notícias encontradas em jornais¹¹. Antes de qualquer informação, é preciso que se saiba o contexto político estadual no momento em que Maldonado assumiu o MIS.

Em 2006 haveria eleições gerais no Brasil, e enquanto Luiz Inácio Lula da Silva se preparava para concorrer ao seu segundo mandato, em Mato Grosso do Sul, Zeca do PT já tinha completado seus oito anos à frente do governo e com isso tentava emplacar seu sucessor, Delcídio do Amaral. Na ocasião, o adversário seria o emedebista André Puccinelli, ex-prefeito de Campo Grande.

Em uma disputa intensa, Puccinelli acaba derrotando o candidato governista e pondo fim aos oito anos de comando petista no estado. E essa mudança de gestão significou também uma mudança de mentalidade no gerenciamento da coisa pública. Se por um lado o governo Zeca se preocupou em investir em áreas educacionais e culturais, o novo governador decidiu por adotar uma postura de austeridade, ou seja, não manteve o mesmo nível de investimentos no setor público como o seu antecessor. Nisso, o MIS, que mesmo na administração petista se empenhava para ter o mínimo de recursos essenciais que o mantivesse funcionando, também foi afetado pela nova condução administrativa do governo estadual.

Em todo caso, é fato que a coordenação de Maldonado deu continuidade ao caráter resiliente do MIS de Campo Grande, e durante os seus anos, que vão de 2006 a 2010, o que se destaca é a quantidade de cursos e oficinas produzidas pelo museu. Tais atividades, de cunho participativo, fez com que diversos cidadãos tivessem contato com a produção fílmica pela primeira vez. Entre eles, o então estudante Alexandre Sogabe, que anos mais tarde viria a ser coordenador do MIS . “Antes de me formar eu já frequentava o MIS, em 2006, 2007... Ele era na Afonso Pena e haviam vários cursos lá, e aí eu fiz um curso de *stop-motion*, um de *storyboard* e outro roteiro. Tudo no MIS, antes de eu entrar, em 2008” (SOGABE, 2023, informação verbal¹²).

¹¹ A consulta foi feita na documentação de tipo clipping, encontrada no MIS. Assim, é importante informar que a referência feita em algumas matérias ao longo do texto não constará a indicação da página da publicação. De qualquer sorte, não houveram casos em que não tenha sido possível identificar o nome do jornal ou a data da publicação da notícia.

¹² Informação concedida pelo atual coordenador do MIS, Alexandre Sogabe, em 23 de junho de 2023.

Essa fala do professor Alexandre Sogabe demonstra um grande mérito por parte do MIS, pois ao interagir com o meio social ao seu redor, o museu estava pavimentando o seu próprio futuro, embora não soubesse à época. Atualmente, todos os funcionários são os antigos jovens estudantes que um dia ficaram maravilhados com a riqueza e proatividade do local. Outro coordenador que também se apaixonou pelo MIS em sua juventude foi Rodolfo Ikeda

“Os meus primeiros contatos com o MIS foram em sessões de cineclubes [...] e aí o MIS já se apresentava como um espaço de reflexão, difusão e preservação, né? Nesse filme mesmo do Zacarias Mourão¹³ e em vários outros projetos a gente visitava o MIS porque é onde está guardada a nossa memória audiovisual.” (IKEDA, 2023, Informação verbal¹⁴).

De modo efetivo, é justo afirmar que os cineclubes e cursos práticos no MIS formaram um número apreciável de cinéfilos em Campo Grande.

Como já dito anteriormente, por infelicidade não há relatórios específicos do MIS na gestão de Maldonado (na verdade, podemos dizer que em nenhuma outra administração houve uma sequência de relatórios tão completas como na época da Eliane), mas mesmo assim, esta pesquisa teve acesso aos relatórios culturais de 2008 à 2014, o que cobre metade da coordenação do Rafael Maldonado e toda a gestão de Rodolfo Ikeda. Fundamentado nestes relatórios, é possível se ter uma noção da quantidade de sessões que houve até o ano de 2010, quando finda a terceira gestão do MIS, como mostra a Tabela 4

Tabela 4 - Número de sessões e público presente entre 2008 e 2010

Ano	Número de sessões	Público total
2008	41	1051
2009	32	> 246 ¹⁵
2010	> 20 ¹⁶	835
Total	> 93	> 2132

Fonte: Relatórios culturais (2008, 2009 e 2010).

¹³ O filme em questão é um documentário que o Ikeda participou a respeito de um compositor local.

¹⁴ Informação concedida pelo coordenador do MIS (2010-2014), Rodolfo Ikeda, entrevista ao autor concedida na data de 28 de junho de 2023.

¹⁵ No relatório cultural de 2009, é possível saber com exatidão apenas o número de sessões, pois a partir de determinado momento nele não contam mais o público presente em cada uma delas.

¹⁶ Em dado momento no relatório de 2010, apenas o público presente é citado, e não o número de sessões.

Todas as sessões eram temáticas, ou seja, parte de alguma mostra com um tema cinematográfico específico. Entre elas, as que mais se destacaram pela quantidade de público foi a mostra de cinema japonês (RELATORIO CULTURAL, 2008), as mostras de cinema francês, ocorrido em todos os anos citados, sempre em parceria com a Aliança Francesa, escola referência no ensino de francês na cidade de Campo Grande (RELATÓRIO CULTURAL 2008, 2009, 2010).

Figura 8 - Notícia da mostra de cinema francês no jornal "A Crítica", em 2009



Fonte: A Crítica, 15 de setembro de 2009

Figura 9 - Notícia para a mostra de cinema japonês do jornal "Folha do Povo", em 2008.



Fonte: Folha do Povo, 10 de junho de 2008, p. C-1

É dentro desse cenário de intensa atividade que o MIS se muda pela terceira e última vez, indo parar no então recém-inaugurado Memorial da Cultura Apolônio de Carvalho, terceiro andar, onde permanece até hoje. O local, embora relativamente menor que o anterior que possuía dois andares, é mais aconchegante e espaçado, além de possuir uma climatização melhor para o trabalho da preservação. A mudança ocorreu no ano de 2008, e embora o museu tenha saído do “coração da cidade”, os seus trabalhos e frequências nas visitas não se alteraram.

Figura 10 - Memorial de Cultura Apolônio de Carvalho, onde o MIS se localiza atualmente, no terceiro andar



Fonte: rcn67.com.br

Voltando às atividades do MIS, uma marca desse período, como já dito anteriormente, foram os cursos e oficinas desenvolvidos ao longo dos anos. Entre eles, os assuntos eram os mais variados, indo desde história da arte Greco-romana à aquecimento global – sendo este último parte de um importante evento desenvolvido pelo Ministério da Cultura em parceria com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), uma autarquia federal responsável pela preservação do patrimônio cultural brasileiro, intitulado “Primavera dos Museus”, onde o objetivo era usar o espaço de diversos museus ao redor do Brasil para a conscientização ambiental (CORREIO DO ESTADO, 2007).

Como se vê pelos exemplos acima, um grande triunfo do MIS durante a segunda metade da década passada foi desenvolver os mais diversos temas sob a ótica da imagem e do som, seja por meio de cineclubes, oficinas ou cursos. Levando em consideração que as

temáticas eram as mais diversas, lamentavelmente não dá para citar tudo neste trabalho. Todavia, é possível mencionar alguns exemplos que à época chamaram mais atenção, como a exibição em 2009 do recente trabalho em 3D desenvolvido por Hélio Godoy, professor aposentado do curso de Jornalismo da UFMS e um dos idealizadores do atual curso de Audiovisual pela mesma universidade. O projeto, que é um documentário sobre o Lago do Amor, foi feito graças ao apoio da CNPQ e Fundect, e contou com o apoio de bolsistas do curso de artes visuais e jornalismo. Como na época o 3D ainda era uma novidade no Brasil, a mostra no MIS contou com um número considerável de público, e foi um dos primeiros lugares em Campo Grande que o professor exibiu seu projeto antes de levá-lo a outras cidades e exterior, onde foi muito prestigiado e transformou o docente em uma das referências no cinema 3D brasileiro

“No Festival de Cinema do Rio – um dos principais do país – a exibição de um trecho do documentário foi o primeiro filme projetado em 3D filmado no Brasil. No retorno de lá, participou do Festival Brasileiro de Publicidade, divulgando a pesquisa e falando sobre a tecnologia que envolve a produção de um filme em 3D.” (VIEIRA; JONHATI, 2013, p. 78)

Outro exemplo, também de 2009, foi o Ciclo de Formação em Cultura Audiovisual, idealizado pela professora Lúcia Monte Serrat e composto por oito oficinas que abordaram os mais diferentes aspectos da linguagem do cinema. O projeto, voltado ao público adulto e infantojuvenil, durou três meses e cada uma de suas oficinas era ministrada por um profissional renomado da área. No geral, foram 186 horas (cerca de 23 horas por oficina), e a divisão foi a seguinte: Introdução à Linguagem do Cinema; Crítica de Cinema; *Storyboard* para Cinema e TV; Mágicas e Técnicas de Animação; Iniciação a Fotografia; Tema x Método na Abordagem e Criação Documental; Iniciação ao Roteiro; e Criação e Produção de Vídeo (RELATÓRIO CULTURAL, 2009). Entre todos os cursos voltados ao cinema desenvolvidos no MIS, este, pelo que se pôde pesquisar nas fontes disponíveis, foi o mais amplo e completo, além de contar com um grande interesse do público, que lotou cada uma dessas oficinas.

3.3 O Museu e os desafios da atualidade

Em agosto de 2010, Maldonado dá lugar a Rodolfo Ikeda na direção do MIS. Com formação em direito, desde a época acadêmica o jovem realizador já se interessava e produzia

cinema, chegando inclusive a fazer um mini-documentário a respeito do sistema prisional de Campo Grande (informação verbal)¹⁷.

Foi durante o início da gestão de Ikeda que o museu passou por uma ampla reforma, no início de 2011. Em sua reabertura, no dia 3 de maio do mesmo ano, estavam presentes na plateia cerca de 70 convidados, entre eles Andrea Puccinelli, governador que acabara de ser reeleito. (RELATÓRIO CULTURAL, 2011).

A reforma marcou um ponto de inflexão na história do MIS, haja vista que foi através dela que ele se modernizou e adquiriu a aparência que possui até os dias de hoje. Em seu discurso no dia da reinauguração, Ikeda destacou a importância de se pensar novas possibilidades de diálogo para com o público

A intenção do museu é fazer um diálogo constante com o público. Assim como tem acontecido em certos locais, que utilizam novas tecnologias para mostrar seus acervos – como o Museu da Língua Portuguesa e o Museu do Futebol, ambos em São Paulo – também buscaremos aproveitar as novas possibilidades (IKEDA, 2011, p.5)¹⁸.

Como se pode perceber pela fala do então coordenador, um dos focos dessa nova gestão do MIS seria justamente a modernização do trabalho desempenhado pelo museu – não apenas no quesito estrutural, mas também no que diz respeito ao seu contato com o público.

Entre as melhorias obtidas pela reforma e pelo esforço de Ikeda, podemos citar a implantação da Sala de Exposição Audiovisual do MIS, que só foi possível graças ao investimento de 30 mil reais do governo do Estado. Atualmente, é neste local que as sessões cinematográficas do museu ocorrem, sendo considerado a época de sua criação, como uma das salas de cinema mais modernas do Mato Grosso do Sul – se levarmos em consideração que não há tantas salas no estado como em outros lugares, podemos dizer que ela seja ainda hoje uma das mais desenvolvidas de MS.

¹⁷ Informação concedida pelo coordenador do MIS (2010-2014), Rodolfo Ikeda, em 28 de junho de 2023.

¹⁸ Esta fala de Ikeda foi tirada de uma entrevista que ele concedeu ao jornal “Correio do Estado” no dia da reinauguração do MIS, 3 de maio de 2011, e está localizada na página 5 da sessão “Variedades”.

Figura 11 – Notícia sobre a reinauguração do MIS em 3 de maio de 2011. Nela, podemos ver um fato tirada na recém-criada Sala de Exposição Audiovisual.



Fonte: Folha do Povo, 3 de maio de 2011, p. C-1

Partindo para o audiovisual em si, e, mais especificamente, para o conteúdo do acervo fílmico que compõe o MIS de Campo Grande, é importante que se entenda que todas as informações que temos a respeito dele só puderam ser obtidas a partir da gestão de Ikeda, haja vista que os dados adquiridos acerca das coordenações anteriores são oriundos de documentos escritos e relatórios, onde não é especificado o tema das obras. De qualquer forma, não há muitas surpresas aqui: o acervo audiovisual é composto por DVDs, VHS e películas. Com relação aos DVDs e VHS, o conteúdo se baseia primordialmente em documentários informativos sobre o estado e o pantanal, sem muito espaço para a ficção. Indo para as películas, observa-se que a maioria delas é institucional, e aqui entram os cinejornais já mencionados anteriormente.

Com base nessas informações, podemos concluir que apesar da cultura cinematográfica de Mato Grosso do Sul não ser recente, tendo em vista que desde o início do

século passado já havia produções fílmicas sendo feitas na região, a relação do sul-mato-grossense com o cinema ficcional é muito nova. E é possível ir além: boa parte das obras ficcionais rodadas aqui não são de produtores estaduais, mas sim de grandes empresas (nacionais e internacionais) que se utilizam do espaço do estado para filmar seus projetos. Ou seja, por mais contraditório que possa parecer a princípio, quando observamos essa conexão entre estado e cinema constatamos que ainda falta um “olhar sul-mato-grossense” sobre o Mato Grosso do Sul; ainda falta que os habitantes do pantanal, por exemplo, registrem o seu olhar cinematográfico acerca de sua região de origem. Caso contrário, a perspectiva de nossa região continuará com este contorno de irrealidade que circunda as grandes produções cuja sede está em São Paulo, Rio de Janeiro, ou no exterior.

Voltando ao MIS, um programa que já existia antes e que foi aprimorado pela gestão Ikeda é o “VisitaMIS”, cujo objetivo era a realização e o desenvolvimento de visitas mediadas às exposições do museu (RELATÓRIO CULTURAL, 2012). Infelizmente, não há dados do público exato que participou dele em todos os anos, apenas se sabe, por meio do relatório cultural de 2014, que as visitas levantadas para o “VisitaMIS” entre 2007 e 2014 foram em torno de 4 mil pessoas.

Outros programas bem sucedidos durante esse período foi o “Cinema no Museu” e o “CineMIS”, que também já existiam antes e foram aprimorados por esta coordenação. Seus objetivos eram o mesmo: oferecer sessões de cinema gratuitas de diversos temas e provocar um debate após a sessão. Mais uma vez, não há dados anuais dos dois programas, porém se tem notícia, novamente com base no relatório cultural de 2014, que entre os anos de 2007 e 2014 houve 170 atividades realizadas pelos dois programas e que juntos contabilizaram mais de 15 mil visitas, o que é impressionante para uma cidade que a época tinha em torno de 800 mil habitantes¹⁹.

Outro aspecto crucial na gestão de Ikeda a frente do MIS foi começar a pensar na questão da digitalização do acervo, que a essa altura já contava com mais de 180 mil itens. Neste sentido, ele afirma que a catalogação dos itens para essa finalidade só foi possível graças a uma parceria com o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), uma vez que a preservação fílmica, para além da listagem, exige também uma comissão de acervo para definir os pormenores a respeito do que precisa ser prioridade ou não no processo de

¹⁹ De acordo com o censo demográfico do IBGE em 2010, Campo Grande contava com 787 mil habitantes, o que significa deduzir que em 2014, quatro anos depois, a população da capital sul-mato-grossense já beirava os 800 mil.

restauração (IKEDA, 2023). Feito isso, o museu também firmou um convênio com a TV Cultura, o que possibilitou a digitalização de uma fração de seu acervo fílmico. Curiosamente, os itens que foram digitalizados permanecem até hoje na sede da TV, sem data para retorno (informação verbal)²⁰. De qualquer maneira, o próximo coordenador, Alexandre Sogabe, também se preocupará e tentará encontrar formas de superar esta problemática.

Antes de falar a respeito das próximas gestões, no entanto, é importante que se diga que o último relatório cultural disponível ao público foi o de 2014, e mesmo ele já não era tão detalhado como os anteriores. De fato, o último relatório que devidamente especificava cada ação do MIS, mesmo com a falta de alguns dados, foi o de 2010. Após isso, e já na gestão de Rodolfo Ikeda, todos os outros se contentaram apenas com um breve resumo anual das atividades do museu, sem muitas especificações. Assim sendo, esta pesquisa coletou informações das três próximas - e últimas - gestões por meio de entrevistas feitas com os coordenadores. Ikeda também foi entrevistado, diga-se de passagem, mas no caso dele, para além da entrevista também haviam tais relatórios culturais reduzidos, que também serviram como fonte de coleta de informações, evidentemente.

Isto posto, o professor Alexandre Sogabe, formado em Artes Visuais pela UFMS com especialização em arte, tecnologia e educação, assumiu a coordenação do MIS em meados de 2014, e essa passagem seria curta, pouco mais de um ano.

Apesar do pouco tempo, foi durante essa primeira gestão de Sogabe que ocorreu um marco para o cinema local: a aprovação da lei que criava a Film Commission em Mato Grosso do Sul, no final de 2014. Na época, isso foi considerado uma vitória para os realizadores sul-mato-grossenses, que a muito tempo batalhavam para ter uma organização que desempenhasse esse papel de incentivo à produção audiovisual no estado. Contudo, mais uma vez se tratou de uma vitória passageira, tendo em vista que nove anos depois, em 2023, a Film Commission ainda não começou a funcionar. O motivo disso é essencialmente político: a organização ainda não foi regulamentada, o que em termos burocráticos inviabiliza o seu funcionamento. Neste ponto, a impressão que se tem é que para fazer cinema em Mato Grosso do Sul é preciso antes disso vencer uma estrutura burocrática kafkiana²¹.

Outra incógnita no percurso do MIS foi a troca de comando, ainda em 2015, de Sogabe por Marinete Pinheiro. Essa é uma história que até hoje possui mais de uma versão,

²⁰ Em referência ao escritor austríaco Franz Kafka (1883-1924).

mas fato é que Pinheiro se tornaria uma das coordenadoras mais longevas da instituição, permanecendo lá de 2015 até 2023.

Durante o seu período, ela intensificou o contato do museu para com a sociedade civil:

A minha prioridade foi fazer questão de que a gestão do museu tivesse a participação da sociedade civil. Então entendendo que aquilo ali é um órgão público e pertence a sociedade sul-mato-grossense, eu busquei sempre construir essa participação da sociedade. E aí o que eu fazia? Eu chamava as instituições e as pessoas com o intuito de proporem e fazerem atividades do MIS. Então de certa forma a gente construía mas sempre com essa participação social. (PINHEIRO, 2023, Informação verbal)²².

Ou seja, com Marinete Pinheiro, para além de meros espectadores, a sociedade civil passou a ser partícipe direto das decisões do museu. E isso serviu tanto para democratizar ainda mais o acesso ao audiovisual, como também como uma maneira eficiente de divulgação do próprio museu, que neste ponto precisava se apresentar para as novas gerações. Nesse quesito, Pinheiro aproveita para comentar a respeito das dificuldades enfrentadas pelo acervo

A gente sempre teve uma dificuldade muito grande no acervo por não ser uma prioridade da gestão pública. Então nós sempre reivindicamos melhorias para o acervo do museu. [...] Fazíamos o chamamento para com a sociedade para que ela colaborasse porque o museu nunca teve recurso financeiro para a aquisição de acervo. Então a gente sempre dependeu das doações, e a solução era fazer esse chamamento e aí nós tínhamos uma responsabilidade nessa preservação. Só que aí a gente buscava também a difusão desse acervo, para dizer sobre a existência dele. Então nós fizemos várias atividades no período que traziam à tona a questão da criação do acervo. (PINHEIRO, 2023, Informação verbal)²³.

Esta fala de Pinheiro exemplifica mais uma vez o que já foi dito anteriormente nessa pesquisa, isto é, de que o MIS de Campo Grande nunca contou com a ajuda necessária por parte das autoridades públicas. Além de demonstrar novamente a engenhosidade do museu em se reinventar e se divulgar mesmo com todas essas dificuldades.

Pinheiro também comenta sobre uma de suas ações, quando em 2016 ela organizou uma exposição chamada “Mulheres protagonistas de nossa história”, que retratou 32 mulheres que fora influentes em diferentes processos históricos de Mato Grosso do Sul e que foi feito, primordialmente, com a intenção de criar acervo, haja vista que esta era uma lacuna de nossa história que ainda não havia sido preenchida no MIS (PINHEIRO, 2023). Este caso serve para nos mostrar a responsabilidade social que o museu possui, pois se não fosse por sua iniciativa, este tópico provavelmente não viria à tona. E vale ressaltar que no acervo que o MIS adquiriu

²² Informação concedida pela coordenadora do MIS (2015-2023), Marinete Pinheiro, em 23 de agosto de 2023.

²³ Informação concedida pela coordenadora do MIS (2015-2023), Marinete Pinheiro, em 23 de agosto de 2023.

por meio dessa exposição haviam materiais audiovisuais que registraram as ações dessas mulheres, tudo em película.

E sobre o acervo analógico, é fundamental que se diga que todos os três entrevistados citaram a mesma quantidade de material fílmico em película: aproximadamente mil. Embora isso não chegue perto de se comparar com outros acervos nacionais, é preciso entender que são mil arquivos que contam diretamente a história de Mato Grosso do Sul, ainda mais se levarmos em conta, repita-se, que praticamente todos eles são cinejornais ou vídeos institucionais que abordam partes diferentes da trajetória sul-mato-grossense. O discurso também se manteve o mesmo com relação ao VHS e DVD.

Porém, uma forma criativa que o MIS adotou durante a penúltima gestão para angariar novos materiais fílmicos foi entrar em contato com os realizadores para que eles disponibilizassem uma cópia de sua produção ali. Isso fez com que a número de realizações ficcionais no acervo no MIS sofresse um aumento considerável, embora ainda não comparável com a quantidade de vídeos institucionais e cinejornais que há ali. Infelizmente, pelo que se pode averiguar este material em sua grande maioria ainda não foi catalogado, mas sabe-se que nele está incluído algumas animações, filmes de romance, de terror, e de drama.

Tais filmes foram gravados em sua grande maioria na era digital, e sobre este assunto, Pinheiro afirma que a melhor atitude que pode ser tomada para melhorar o acervo é justamente procurar maneiras de realizar a sua total digitalização

Diante dessa mudança total da questão dos acervos físicos para os acervos digitais, é necessário que o governo do Estado reconheça a importância desse acervo e que crie uma nuvem específica para a preservação no formato digital. Por qual razão? Porque pouco a pouco a gente vai perdendo o acesso total às mídias físicas. (PINHEIRO, 2023, Informação verbal)²⁴.

Assim sendo, trata-se aqui de uma problemática contemporânea que o MIS deve enfrentar, haja vista que, como disse Pinheiro, pouco a pouco o acesso físico às produções fílmicas vai se perdendo, e o que não estiver no meio digital não conseguirá se conservar para sempre. Neste sentido, ela afirma que em sua gestão o poder público nunca esteve interessado nessa questão, o que dificultou que projetos neste sentido fossem adiante (PINHEIRO, 2023). Em suma, o que fica evidente é que deve ser de interesse das autoridades estaduais que o seu próprio passado seja conservado, para não sermos, como bem disse José Octávio Guizzo em

²⁴ Informação concedida pela coordenadora do MIS (2015-2023), Marinete Pinheiro, em 23 de agosto de 2023.

um trecho já citado nessa pesquisa, “um povo desmemoriado e um Estado sem caráter” (GUIZZO, 1984).

Outro fato que ocorreu durante a gestão de Pinheiro no MIS e que no futuro provavelmente será visto como um momento de mudança para o cenário audiovisual de Estado foi a criação do curso de Audiovisual na UFMS. Com ele, uma nova geração de indivíduos interessados na sétima arte se propuseram explorar a linguagem audiovisual em suas mais diferentes formas na região pantaneira. E este contato com o cinema, evidentemente, uma hora os levou a ter contato com MIS, o que possibilitou que a professora Daniela Siqueira desenvolvesse projetos de análise física do material em película e, por conseguinte, fez com que diversos alunos se interessem pela prática e pelo funcionamento da instituição.

Após um período de oito anos a frente do Museu da Imagem e Som de Campo Grande, em 2023 Marinete Pinheiro dá lugar a Alexandre Sogabe, que volta a ser coordenador do MIS pela segunda vez após oito anos.

Nesta gestão, que começou em janeiro de 2023, Sogabe afirma que eles ainda estão no processo de readequação no que diz respeito a alguns temas burocráticos e que se preparam, em um futuro próximo, para modernizar novamente o MIS, principalmente no que diz respeito a digitalização

Agora a gente passa a buscar um software livre, só que aí tem uma questão: o software livre às vezes tem uma continuidade por pesquisa ou por um grupo de entusiastas, mas se ele deixar de ser desenvolvido, a gente sofre sérias restrições de compatibilidade e de segurança, o que acaba dificultando a sua utilização. E aí a gente está sondando um software livre que de repente possa dar conta de nossa necessidade.[...] A ideia é adaptar esse software para o ambiente digital e criar um espelho para o ambiente externo de uma outra forma (SOGABE, 2023, Informação verbal)²⁵

Pelo plano ousado que essa gestão tem de digitalizar o seu acervo, o que ficou claro durante essa pesquisa é que as mazelas enfrentadas pelo MIS de Campo Grande não são maiores que o ânimo e a valentia de seus colaboradores. O propósito de tamanha determinação é o mais nobre possível: democratizar o acesso às produções audiovisuais (sejam elas locais ou não), preservar a história e cultura de Mato Grosso do Sul, e ensinar por meio da imagem e do som. E para que este trabalho seja melhor desenvolvido (mais do que já é, registre-se), urge que as autoridades políticas, para além de suas intrigas e interesses, se

²⁵ Informação concedida pelo atual coordenador do MIS, Alexandre Sogabe, em 23 de junho de 2023.

preocupem em preservar o único aspecto que as devem unir: o seu amor por Mato Grosso do Sul; e amar o estado é amar sua história; é amar a longa trajetória de emancipação e de conquistas sociais que nos fizeram ser o que somos hoje; e tudo isso, mais do que em qualquer outro lugar, está guardado no Museu de Imagem e Som de Campo Grande. Destarte, amar o Mato Grosso do Sul é também amar a preservação de seus registros audiovisuais que contam essa história, pois só assim poderemos, assim como está no lema do MIS, “preservar a memória, e educar para o futuro”.

4 CONCLUSÃO

Com base no que foi exposto nesta ampla pesquisa, pode-se constatar a importância social do objeto de estudo em questão – o Museu da Imagem e do Som de Campo Grande (MIS). Tal importância se dá, como foi visto, por uma série de fatores, entre eles: a proteção da memória audiovisual de Mato Grosso do Sul, as ações voltadas à cultura com ampla participação popular, e o pioneirismo da instituição no âmbito da elaboração de práticas voltadas para o cinema e o audiovisual na capital.

A respeito da atividade de preservação fílmica, verificou-se que no decorrer de seus mais de vinte anos de existência, o museu foi um guardião do material audiovisual produzido na região que hoje é o Mato Grosso do Sul. Ou seja, o MIS atualmente cuida de um material que é anterior a constituição do próprio estado, criado em 1977. Por conseguinte, quando falamos das obras conservadas no museu, não estamos falando de cópias de filmes estrangeiros, mas muitas vezes de cópias únicas que, uma vez perdidas, não poderão ser recuperadas. Isto posto, o termo “protetor da memória cultural e cívica de Mato Grosso do Sul”, longe de ser uma hipérbole, resume adequadamente um papel fundamental que o MIS desempenha.

Sobre as ações culturais, provou-se que o museu, longe de ser um espaço reservado apenas ao nicho cinéfilo, desenvolveu uma série de atividades que em sua maioria envolviam escolas e universidades. Por esse ângulo, o MIS desenvolve um importante trabalho de aliar o processo de ensino-aprendizagem com a divulgação de conteúdos audiovisuais que contam a história sul-mato-grossense; é a parceria entre a cultura audiovisual com práticas educativas.

E sobre seu pioneirismo no campo cinematográfico, é importante salientar, antes de tudo, que a produção fílmica no estado se baseou, historicamente, na feitura de cinejornais e documentários. À vista disso, o MIS foi um precursor na promoção de cursos diversos voltados a criação de filmes, seja na parte da escrita de roteiro, sonoplastia, direção, e até mesmo animação.

Com isso, observa-se que o valor social do MIS é muito maior do que se pode imaginar a princípio, pois para além de um simples órgão público ligado ao Governo do Estado, ele é um meio que facilita a troca de experiências culturais e de preservação audiovisual da trajetória cívica de uma unidade federativa tão recente. Assim sendo, este trabalho buscou retratar essa biografia ainda tão desconhecida entre o grande público, de forma a comprovar que este local merece um reconhecimento e cuidado maior.

Neste ponto, outra reflexão apontada pela pesquisa foi a de identificar a necessidade de um maior empenho do poder público nas atividades desenvolvidas pelo MIS, haja vista que, como detectou-se no decorrer deste trabalho, em muitos momentos as ações do museu não puderam ser mais abrangentes por falta de apoio estatal.

Entretanto, da mesma forma que esta ajuda por vezes não aparecia, por outro lado não faltaram esforços dos profissionais ligados ao museu, para tornar possível as suas atividades. E esse talvez seja o aspecto mais bonito que pôde ser observado no decorrer dessa biografia: o ânimo dos colaboradores do MIS no desenvolvimento de suas iniciativas culturais, apesar de todas as dificuldades e burocracias enfrentadas. É essa energia presente nesses trabalhadores que deve existir nos poderes constituídos, de modo a potencializar o rendimento do museu, e assim fazê-lo um polo ainda maior de criação e difusão da cultura audiovisual sul-mato-grossense.

Por fim, é necessário que se diga que essa monografia se utilizou apenas de relatórios de gestão do MIS e da Fundação de Cultura, além de entrevistas presenciais com três coordenadores e a consulta a *clippings* guardados no próprio museu. Posto isso, é fundamental ter uma abordagem ampla para que esta biografia se complete ainda mais, especialmente considerando que esta pesquisa é o primeiro trabalho de cunho biográfico sobre o Museu da Imagem e do Som de Campo Grande. Destarte, ela representa apenas o início de um amplo trabalho de pesquisa que deve ocorrer adiante, tendo sempre em mente a relevância do objeto de estudo – o MIS.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- [1] CUNHA, F. A. M. (Coord.). **Campo Grande: 100 anos de construção**. 1ª ed. Campo Grande: Matriz, 1999.
- [2] DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2ª ed. São Paulo: Atlas S.A., 2014.
- [3] MORAES, Vanda. **Tia Eva, negraeva: história da comunidade de São Benedito**. 1ª ed. Campo Grande: Diogo Gráfica e Editora, 2003.
- [4] PINHEIRO, Marinete; FISHER, Neide. **Salas de sonhos: História dos Cinemas em Campo Grande**. 1ª ed. Campo Grande: Editora UFMS, 2008.
- [5] GUIZZO, José Octávio. **Alma do Brasil**. 1ª ed. Campo Grande: Editora UFMS, 1984.
- [6] EDMONDSON, Ray. **Filosofia e princípios da arquivística audiovisual**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Preservação Audiovisual – ABPA, 2013.
- [7] DUNCAN, Idara; MENEGAZZO, Maria; ROSA, Glória. **Memória da arte em Mato Grosso do Sul: histórias de vida**. 1ª ed. Campo Grande: Editora UFMS, 1992.
- [8] FILHO, Virgílio. **História de Mato Grosso**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Defanti, 2012.
- [9] VIEIRA, Ana; JONHATI, Wendy. **Cinema de herói: a história dos que construíram o cinema em Mato Grosso do Sul**. 1ª ed. Campo Grande: Editora UFMS, 2013.
- [10] FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 14ª ed. São Paulo: Edusp, 2009.
- [11] VILLA, Marco Antonio. **Um país chamado Brasil: a história do Brasil do descobrimento ao século XXI**. 1ª ed. São Paulo: Crítica, 2021.
- [12] VIZEU, Rodrigo. **Os presidentes: a história dos que mandaram e desmandaram no Brasil, de Deodoro a Bolsonaro**. 1ª ed. São Paulo: Harper Collins, 2019.
- [13] BUENO, Eduardo. **Brasil: uma história**. 1ª ed. São Paulo: Leya, 2013.
- [14] Lima, Eliane. **Relatório do Museu da Imagem e do Som-MIS de 2001**. Campo Grande, 2001. 10 p.
- [15] Lima, Eliane. **Relatório do Museu da Imagem e do Som-MIS de 2002**. Campo Grande, 2002. 45 p.
- [16] Lima, Eliane. **Relatório do Museu da Imagem e do Som-MIS de 2003**. Campo Grande, 2003. 15 p.
- [17] Lima, Eliane. **Relatório do Museu da Imagem e do Som-MIS de 2004**. Campo Grande, 2004. 14 p.

- [18] Lima, Eliane. **Relatório do Museu da Imagem e do Som-MIS de 2005**. Campo Grande, 2005. 45 p.
- [19] FUNDAÇÃO DE CULTURA DE MATO GROSSO DO SUL. **Relatório cultural de 2008**. Campo Grande, 2008, p. 149-165.
- [20] FUNDAÇÃO DE CULTURA DE MATO GROSSO DO SUL. **Relatório cultural de 2009**. Campo Grande, 2009, p. 132-141.
- [21] FUNDAÇÃO DE CULTURA DE MATO GROSSO DO SUL. **Relatório cultural de 2010**. Campo Grande, 2010, p. 130-137.
- [22] FUNDAÇÃO DE CULTURA DE MATO GROSSO DO SUL. **Relatório cultural de 2011**. Campo Grande, 2011, p. 124-145.
- [23] FUNDAÇÃO DE CULTURA DE MATO GROSSO DO SUL. **Relatório cultural de 2012**. Campo Grande, 2012, p. 130-147.
- [24] FUNDAÇÃO DE CULTURA DE MATO GROSSO DO SUL. **Relatório cultural de 2013**. Campo Grande, 2013, p. 148-167.
- [25] FUNDAÇÃO DE CULTURA DE MATO GROSSO DO SUL. **Relatório cultural de 2014**. Campo Grande, 2014, p.146-151.
- [26] **MOSTRA apresenta cinema francês**. A Crítica, Campo Grande, 15 de setembro de 2009.
- [27] **PROJEÇÕES raras do cinema japonês**. Folha do Povo, 10 de junho de 2008.
- [28] **MUSEU da Imagem e do Som de Campo Grande é reinaugurado em noite de gala**. Folha do Povo, 3 de maio de 2011.